

AMB

25 ANOS TRANSFORMANDO

O MUNDO PELO

FEMINISMO



ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

AMB

25 ANOS

TRANSFORMANDO

O MUNDO PELO

FEMINISMO

ARTICULAÇÃO

DE MULHERES

BRASILEIRAS



FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial

Schuma Schumacher

Pesquisa e Textos

Texto histórico: Schuma Schumacher com colaboração de Analba Brazão, Carmen Silva, Lili Brum, Silvia Camurça e Silvia Dantas.

Linha do Tempo: Analba Brazão e Schuma Schumacher

Pesquisa de Imagens: Analba Brazão, Cris Cavalcanti, Deborah Guaraná, Lili Brum, Mayra Medeiros e Schuma Schumacher

Revisão

Maira Baracho

Produção

Patricia Mourão

Projeto Gráfico

Ruth Freihof | Passaredo Design

Fotografia

Claudia Ferreira

Civone Medeiros

Emanuela Castro

Fabiana Karine

Geneviève Remy - Gê

Joana d'Arc da Silva

Paula Andrade

Simone Mêne

+

Integrantes da Coletiva de Comunicação AMB, em parceria com Universidade Livre Feminista (ULF), organizada especialmente para cobrir as jornadas de agosto de 2019: Angela Freitas(RJ), Analba Brazão(RN), Bibiana Serpa(RJ), Carolina Coelho(RJ), Carmen Silva(PE), Coletivo Motim(RN), Cris Cavalcanti(PE); Cristina Lima (PB), Emanuela Marinho (PE), Déborah Guaraná(PE); Fran Ribeiro(PE), Gabriela Falcão(PE), Laura Molinari(RJ), Luna Costa(RJ), Masra Abreu(DF), Mayra Medeiros(PB), Milena Argenta(DF), Priscila Britto(DF), Raquel Ribeiro(RJ), Rayane Noronha(RN), Rosa Maria Mattos(RJ), Tatiane Castelo Branco(RJ), Thays Andrade (CE).

+

Integrantes dos Agrupamentos da AMB que ajudaram a construir e registrar essa trajetória.

Impressão

Provisual

Apoio Financeiro

União Europeia

Realização



Apoio



Agradecimentos

Às integrantes da Coordenação da AMB: Florismar Ferreira, Lili Brum, Luana Ferreira, Maria das Graças dos Santos, Natalia Mori, Nilde Sousa e Veronica Ferreira.

Articulação de Mulheres Brasileiras

AMB 25 anos, transformando o mundo pelo feminismo/ Schuma Schumacher/REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano – Rio de Janeiro – setembro de 2019.

152p.

REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano

Rua Álvaro Alvim, 21 – 16º andar – Centro

20031-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone (21) 2262-1704

redeb@redeb.org.br

www.redeb.org.br

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), REDEH, CFEMEA e SOS Corpo e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

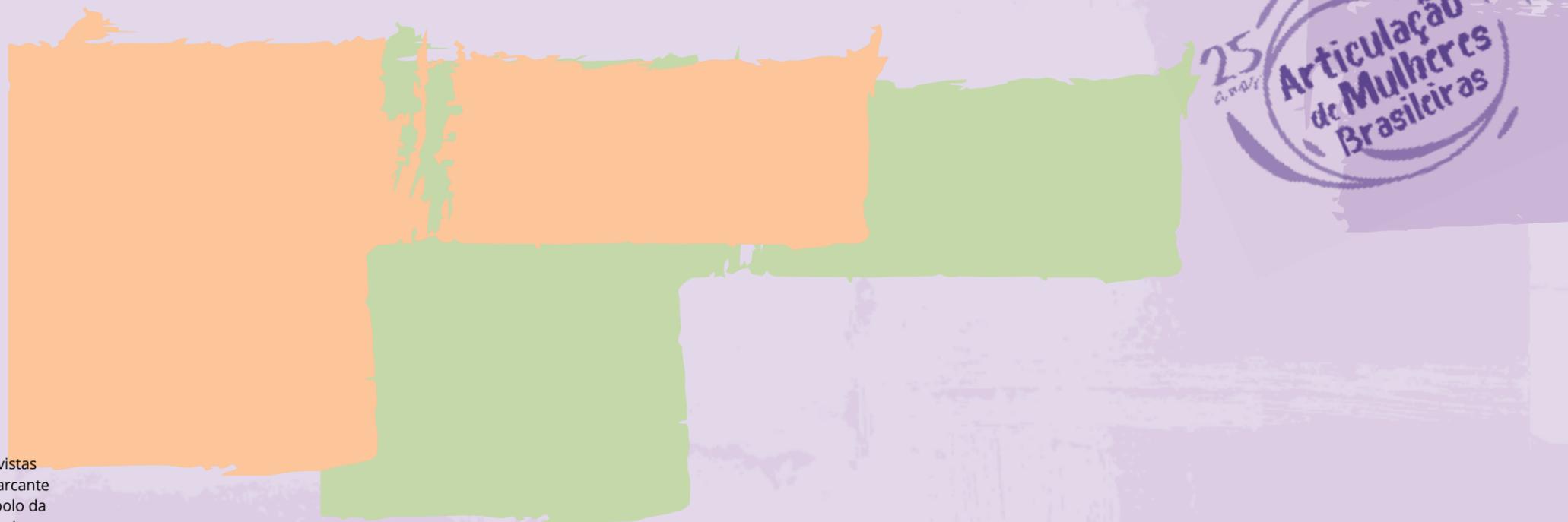
Todos os esforços foram feitos no sentido de localizar e contactar as detentoras dos direitos das imagens aqui reproduzidas. As organizações responsáveis por esta publicação terão prazer em providenciar eventuais correções ou inclusões.

SUMÁRIO

AMB, Transformando o Mundo pelo Feminismo	9
Apresentação.....	9
Contexto anterior, antes da criação da AMB	13
Articulação de Mulheres Brasileiras: como surgimos?.....	18
Primeiros Passos	24
Beijing, 5 anos depois	26
Plataforma Política Feminista, uma construção coletiva	27
Às voltas com as Conferências Nacionais e as Políticas Públicas.....	30
Todas Juntas!!!!	32
I ENAMB	33
II ENAMB	33
A AMB na Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres	42
A AMB na Luta Contra o Racismo e as Violações de Direitos das Mulheres Indígenas....	48
A AMB e a Incidência Feminista nas Políticas Públicas	52
A AMB na Luta pela Reforma do Sistema Político.....	55
A AMB na Luta em defesa da Seguridade Social e contra a Reforma da Previdência	58
AMB na Luta contra a criminalização das Mulheres e pela legalização do Aborto.....	61
A AMB na Luta por Justiça Socioambiental e Econômica.....	70
Lutas no Plano Internacional e Alternativas à Globalização	79
No Fórum Social Mundial	84
A Casa Feminista da AMB	92
A Rua é nosso Palco	93
Construindo um Método – Um novo jeito de fazer política	111
Linha do Tempo	130



A TRAJETÓRIA DA AMB
NOS 25 ANOS DE LUTA
FEMINISTA, ANTIPATRIARCAL,
ANTIRRACISTA E
ANTICAPITALISTA.
1994 - 2019



Páginas 4 e 5:
Chapéus usado pelas ativistas
da AMB, uma estética marcante
da sua identidade e símbolo da
diversidade que a caracteriza.



AMB, TRANSFORMANDO O MUNDO PELO FEMINISMO

Queridas companheiras de luta,

É com grande alegria e emoção que apresentamos a trajetória da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, nesses seus 25 anos de existência.

Esse material chega construído por muitas vozes de mulheres que carregaram e carregam a marca da história, da memória e da nossa resistência, presentes em cada página folhada. Vinte e cinco anos em que a AMB não saiu da luta! Somos uma militância aguerrida e que sabe que “as mulheres são como as águas, crescem quando se juntam”, como disse uma ribeirinha paraense, no encontro de Santarém, por ocasião do Fórum Panamazonico.

Essa história é toda movimento, é constante mudança pra dialogar com as necessidades dos tempos, é fortalecimento porque enfrenta o desafio da horizontalidade organizativa – forjada na diversidade, pluralidade e feita da troca, do debate, do acúmulo coletivo e do consenso -, e porque luta por uma democracia radical. É renovação porque a história que carregamos se encontra com a luta das que vieram antes e de tantas outras mulheres, de todas as idades, de diferentes contextos e situações de vida, que se juntam no desejo de transformar o mundo pelo feminismo, fazendo movimento feminista. E é renovação constante de nossas práticas, nossa forma de organização, de nossas estratégias para responder aos desafios da conjuntura e fazer um feminismo popular e antissistêmico. Gerações diversas de feministas, negras, indígenas e brancas, lésbicas, bi e heteros, das cidades, dos campos, das florestas e das águas encontram seu lugar. E a AMB é antissistêmica por premissa. É um pouco dessa história que buscamos trazer aqui. São flashes dos principais momentos da nossa luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, comprometida com o enfrentamento da lesbofobia e do cisheterossexismo, já que um livro não daria conta de registrar nosso movimento se movimentando, há tantos anos, sem tréguas.

A AMB também tem uma boa parte de sua força e história, construída em alianças nesses 25 anos. Alianças essas que se mostram cada vez mais importantes nesse momento em que nossa já incompleta democracia foi golpeada. Nascemos de um forte processo de articulação e seguimos comprometidas em fazer nossas ações próprias e construir alianças para ampliar a força política feminista nas lutas antissistêmicas!

Nós feministas lutamos demais e registramos de menos nossos feitos, razão pela qual foi muito difícil para quem enfrentou esse desafio, organizar essa publicação, que também servirá para compensar um pouco desse vácuo. Fazer nossa memória é também uma luta feminista e um gesto de resistência.

Parabéns a todas nós, integrantes da AMB - mas também àquelas que aqui passaram deixando sua marca -, sem as quais não seria possível contar essa história coletiva!! Um agradecimento especial a Schuma Schumacher e Analba Brazão pelo carinho e a dedicação na reconstrução desta nossa história em imagens e texto.

Florismar Ferreira, Lili Brum, Maria das Graças dos Santos, Natalia Mori, Nilde Sousa e Veronica Ferreira (Coordenadoras da AMB).

MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS | SANGUE
INDÍGENA, NENHUMA GOTTA A MAIS | MENOS
ARMAS, MENOS FEMINICÍDIO | XÔ RACISMO
| NÃO À PEC 06 | EDUCAÇÃO SEXUAL
PARA ESCOLHER | ANTICONCEPTIVO PARA
PREVINIR ABORTO LEGAL PARA NÃO MORRER

TAS CONTRA
| LEI

PENHA |
CONTRA O
| PELO

TOLENCIA
MULHER



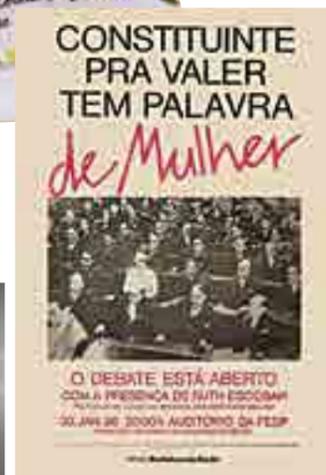
Abertura do 10º Encontro Nacional Feminista, Bertioga/SP, 1989 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

CONTEXTO ANTERIOR, ANTES DA CRIAÇÃO DA AMB

O movimento feminista no Brasil esteve marcado, nos anos 1970 e 1980, pela luta em prol da redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade. Multiplicaram-se, por todo o país, dezenas de grupos autônomos de mulheres reunindo as mais diferentes expressões políticas: desde as associações das donas de casa, criadas na década de 1960, as trabalhadoras urbanas e rurais, até as intelectuais e as recém-chegadas exiladas. No bojo dessa efervescência política, liderado pelas mulheres, nasceu o Movimento Feminino pela Anistia, que alcançou rápida repercussão e adesão por todo o país.



Carta das brasileiras aos constituintes, entregue ao Presidente do Congresso, em março de 1988, evidenciando a organização articulada das mulheres e o caráter nacional das suas propostas. | Acervo Redeh



Encontro Nacional Mulher e Constituinte, organizado pelo CNDM, Brasília, 1986 | Acervo Redeh



Página 14
 Comissão Organizadora do 10º Encontro Nacional Feminista, Bertioga/SP, 1989
 e
 Participante do 10º Encontro Nacional Feminista, pronta para a festa a fantasia que aconteceu durante o Encontro
 Fotos Claudia Ferreira / Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Com a anistia conquistada, em 1979, rapidamente o país mobilizou-se para recuperar o direito ao voto. O bipartidarismo – Arena (direita) e MDB (esquerda) – que reinava absoluto até então e colocava todas as da luta geral e as da chamada luta específica, num mesmo barco, caiu por terra. A chamada esquerda se reorganizou em vários matizes, alguns fugazes: social-democratas, socialistas, socializantes, comunistas, revolucionários, centristas avermelhados. A campanha das Diretas-Já! tomou as ruas, marcando o processo de redemocratização do país.

Com mulheres espalhadas em diferentes partidos políticos, ou longe deles, em defesa da autonomia, o movimento seguia crescendo. A multiplicidade de formas organizativas, a partir dos anos 1980, foi ganhando novos contornos e incorporando outros segmentos, como os grupos de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras urbanas e rurais, prostitutas, produtoras culturais, educadoras populares e donas de casa. Vítimas das desigualdades salariais, da carestia, do racismo, dos preconceitos e violências, organizam-se em grupos de autoestima, de denúncias e de ação política.

O complexo universo de reivindicações se expressava nos encontros estaduais, regionais e nacionais. As primeiras reuniões nacionais foram promovidas pelas feministas nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Assim, em Fortaleza, no ano de 1979, realizou-se o que se convencionou chamar de I Encontro Nacional Feminista. Um ano depois, no Rio de Janeiro, ocorria o segundo, uma reunião histórica com a participação de mais de 1.500 mulheres, entre professoras, estudantes universitárias e militantes do movimento.

Diante das notícias de vários assassinatos de mulheres por seus companheiros, a luta contra a violência doméstica explodiu. O que antes eram pequenas notas nos jornais ganhou as primeiras páginas com a indignação e denúncia do movimento feminista. As mortes de Ângela Diniz (RJ), Maria Regina Rocha e Eloísa Ballesteros (MG), e Eliane de Grammont (SP) tiveram enorme repercussão e tornaram-se exemplos de que o silêncio protegia os assassinos. O slogan “*Quem ama não mata*”, gritado inicialmente pelas mineiras, ecoou por todo o Brasil.

As passeatas, as denúncias públicas e os grupos de atendimentos acabaram impulsionando a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. A primeira foi implementada em São Paulo, em 1985, e em pouco mais de 15 anos contabilizava-se mais de 300 delegacias em todo o Brasil. Em 1988, a TV Globo lançou a minissérie “*Delegacia de Mulheres*”, levando para a mídia um debate que havia sido impulsionado pelas feministas 10 anos antes.

As discussões sobre a saúde da mulher já faziam parte da agenda feminista, mas o assunto pegou fogo com o regresso das mulheres exiladas, que pertenciam ao Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris. Trouxeram na bagagem o polêmico tema do aborto, legalizado na França, em 1975, e um dos eixos de luta do movimento internacional de mulheres. Em 1980, quando a polícia carioca “estourou” uma clínica clandestina no bairro de Jacarepaguá e prendeu duas mulheres pela prática do aborto, as feministas organizaram um protesto e, pela primeira vez, foram a público reivindicar o direito de escolha. O silêncio que envolvia o assunto estava definitivamente rompido.

Em 1982, com a convocação de eleições diretas para governadores, os movimentos de mulheres, que contavam com aliados em alguns partidos políticos, reinauguraram sua relação com o Estado. Um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa da cidadania feminina e implementação de políticas públicas para as mulheres, na estrutura do Estado. Assim nasceram, em 1993, os dois primeiros Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher do Brasil: o de São Paulo e o de Minas Gerais. As experiências regionais repercutiram nacionalmente até que, no 7º. Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte, a discussão ganhou dimensões nacionais diante da proposta de criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Apesar das suspeitas de algumas feministas em relação ao Estado e de suas múltiplas possibilidades de cooptação, o CNDM foi criado no mesmo ano trazendo em seus objetivos, estrutura e na composição de seus quadros – conselheiras e técnicas – a marca das proposições do movimento de mulheres.

Em novembro de 1985, quatro meses após sua criação, o CNDM lançou a campanha “*Constituinte sem mulher fica pela metade*”, que tinha o propósito de ampliar a representação feminina no Congresso Constituinte (naquele momento representado por apenas oito deputadas federais), debater a situação jurídica da mulher e incentivar sua participação no processo de formulação da nova Constituição Brasileira.

Paralelamente, o CNDM investiu numa campanha publicitária que incluía TV, outdoors, publicações e outros recursos de comunicação e organizou, em todo país, encontros e seminários para discussão e formulação de propostas, culminando na realização de um Encontro Nacional, em agosto de 1986, que elaborou e aprovou a *Carta das Mulheres aos Constituintes* e lançou a segunda fase da campanha “*Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher*”.

Nas eleições de 1986 a representação feminina no Congresso Nacional foi mais que triplicada, passando de oito deputadas federais para 26 deputadas constituintes, num total de 559 parlamentares eleitos. Numa forte conjugação de objetivos comuns, o CNDM, centenas de grupos de mulheres, conselhos, sindicatos e a bancada feminina, juntaram esforços para que as propostas contidas na Carta das Brasileiras fossem incorporadas na nova Constituição que estava sendo elaborada. E assim, o CNDM, defendeu propostas feministas no Congresso Nacional – algumas contra o próprio governo do qual fazia parte, como a licença maternidade de 120 dias e a legalização do aborto, entre outras.

A Carta das Brasileiras foi entregue solenemente ao Presidente do Congresso em 26 de março de 1987 e depois lançada em todas as Assembleias Legislativas Estaduais, evidenciando a organização articulada das mulheres e o caráter nacional de suas propostas. Estava dada a largada.

Daí nasceu forte e decisivo o **Lobby do Batom**. Impossível dizer sua composição e seus limites, em número de pessoas. Todo mundo ajudava a telefonar, consultar, contatar, redigir, reproduzir, expedir, visitar gabinetes e persuadir indecisos. No Congresso, até o mais distante dos parlamentares esbarrava no recado: “*Constituinte, as mulheres estão de olho em você!*”

Até a constituição do CNDM, o Estado não possuía política pública específica para as mulheres, salvo alguns programas na área da saúde. A política do conselho provocou, portanto, alterações no cenário nacional. Se foram pequenas, pontuais e fragmentadas, ainda assim, fazem parte do processo histórico. Podemos lembrar o nascimento de vários Conselhos Municipais e Estaduais, Delegacias de Mulheres, Casa Abrigo, creches nos locais de trabalho e mudanças na legislação, entre outros avanços. Sem falar no competente Lobby do Batom, que conseguiu garantir no novo texto constitucional 85% das reivindicações das mulheres encaminhadas aos constituintes. Participaram desse processo 26 deputadas federais e seis senadoras.

Ao mesmo tempo, as mulheres tiveram sua agenda de ação ampliada com um ciclo de conferências promovido pelas Nações Unidas. O marco inicial foi a realização da ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro, da qual as brasileiras participaram ativamente do Planeta Fêmea, espaço privilegiado dentro do Fórum das Organizações Não-Governamentais da conferência, que promoveu o encontro de representantes de vários países e etnias e possibilitou a elaboração da Agenda 21 das Mulheres. Seguiram-se as conferências sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), ambas tratando de assuntos de interesses específicos da agenda feminista. O auge desse processo de integração internacional da luta das mulheres se deu com a realização da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995).

O processo de preparação dessas conferências fortaleceu os movimentos e suas articulações em todo o mundo e, no Brasil, a Conferência Mundial da Mulher abriu a oportunidade para a criação da **Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)**, reunindo fóruns e agrupamentos já existentes e estimulando a criação de novos espaços de debate em todo o país.



Acervo AMB

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS: COMO SURGIMOS?

A **Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)** é uma organização política, não partidária, instituída no ano de 1994, para promover uma mobilização ampla dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas a participação no processo preparatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995).

O marco de sua fundação foi no Rio de Janeiro, em 1994, onde feministas de 14 estados participaram de uma reunião para definir os rumos e o envolvimento das mulheres no processo da Conferência. Estava dada a largada!

Na ocasião foi aprovada a criação de uma Secretaria Executiva composta por representantes de sete organizações sediadas no Rio de Janeiro: Hildézia Medeiros (Caces), Madalena Guilhon (Cemina), Santinha (Centro da Mulher Brasileira), Marta Oliveira (Iser), Maria Rita Taulois (Idac), Wania Santana (Fase) e Schuma (Redeh). Eram quatro mulheres negras e três brancas na coordenação da AMB, que acabara de nascer.

Uma primeira avaliação sobre os resultados da **IV Conferência Mundial sobre a Mulher** deve considerar que o processo preparatório para Beijing trouxe para o cotidiano de múltiplos grupos de mulheres no Brasil, nos seus mais diferentes espaços e territórios, a agenda internacional. O debate sobre a opressão das mulheres se enraizou e se disseminou, produzindo os frutos esperados da participação coletiva. Em alguns

municípios/estados brasileiros o evento Beijing estimulou a criação de Fóruns ampliados de debate sobre a condição da mulher que antes não existiam ou estavam desarticulados. Foram realizadas mais de 90 atividades durante o processo, que envolveu aproximadamente quatro mil mulheres, mais de 700 grupos e produziu 22 documentos estaduais contendo diagnósticos sobre a situação das mulheres e propostas que, sistematizados, foram colocados em discussão na **Conferência Nacional de Mulheres rumo a Beijing**, realizada em Junho de 1995, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de feministas de todos os estados brasileiros.

Como resultado dos debates foi aprovada a **Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial**, entregue ao governo brasileiro, onde frisava-se fortemente que a luta das mulheres não pode prescindir do enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcado, ao racismo e a lesbofobia – que estruturam as desigualdades – considerando a diversidade regional, cultural, racial, étnica, etária, de orientação sexual, deficiência, credo e inserção política de cada uma.

A convocatória à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995) também revitalizou o movimento de mulheres da região, que criou a **Coordenação Regional de ONGs da América Latina e Caribe**, composta por representantes das diversas sub-regiões, com o objetivo de mobilizar, apontar prioridades e acompanhar de perto o processo da Conferência junto às Nações Unidas. À AMB coube o importante papel de representante do Brasil na coordenação regional, participar das pré-conferências, influenciar nas propostas do documento oficial e estimular a participação qualificada das brasileiras em todas as etapas.

Assim, chegamos ao Fórum Paralelo (que reuniu a sociedade civil), realizado na cidade de Huairou, a cerca de 60 km da Conferência oficial, com milhares de latino-americanas e caribenhas, unificadas em torno de uma agenda comum de enfrentamento às desigualdades, valorização e respeito às diferenças. A **Tenda das Latinas e Caribenhas** reuniu uma multiplicidade de movimentos representativos de muitas identidades de mulheres, que se construíram nas lutas concretas em defesa de seus direitos em todas as instâncias de poder. Também estivemos na Conferência oficial, na qualidade de delegadas e assessoras, trabalhando em conjunto com redes feministas da região latino-americana e do Caribe.

Na Conferência oficial foram avaliados os avanços em relação aos compromissos anteriores firmados pelos países e a permanência de situações de discriminação e inferioridade das mulheres em várias esferas da vida social. Também foram dimensionados os obstáculos a serem superados para que as mulheres pudessem exercer plenamente seus direitos em condições de igualdade.

Tanto a Plataforma de Ação, quanto a Declaração de Beijing, foram documentos aprovados por unanimidade pelos 189 estados participantes. Eles refletem o acordo possível entre os países para alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra mulheres e meninas no mundo inteiro.

No ano seguinte, depois muitas ações e iniciativas desencadeadas pelo movimento organizado de mulheres e ONG's, e com a Plataforma de Beijing debaixo do braço, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou um Encontro Nacional para avaliar o processo e discutir seus rumos. A repercussão e os resultados positivos do trabalho desenvolvido ao longo de dois anos serviram de base para uma **decisão unânime de continuidade da AMB**, com o objetivo de potencializar a ação política das mulheres a partir das prioridades definidas nesse mesmo encontro, tais como: saúde, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à violência, poder e participação política, educação não sexista, autonomia econômica, trabalho e pobreza, raça e etnia, além do monitoramento e implementação da Plataforma de Ação do Cairo e de Beijing.

Nesta reunião suas integrantes reviram e atualizaram os objetivos da AMB, firmando-a no campo dos movimentos sociais como um espaço de participação, que articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional e internacional. Também se reafirmou, entre os princípios da AMB, o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços que a constituem. Estes espaços, organizados em cada estado, são chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações. No entanto, usaremos o termo “agrupamentos” ao nos referirmos a todos eles, a fim de facilitar a compreensão.



Página 20: Mesa de abertura da Conferência de Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, Rio de Janeiro, junho de 1995.
Mesa sobre os conteúdos temáticos ocorrido durante a de debates Conferência de Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, Rio de Janeiro, junho de 1995.
Plenária da Conferência de Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, Rio de Janeiro, junho de 1995.
| Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

Página 21: Algumas das delegações estaduais se apresentando na Abertura da Conferência de Mulheres Brasileiras rumo a Beijing, Rio de Janeiro, junho de 1995. São elas: Pará, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Brasília, Acre e Ceará
| Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES





Brasileiras em Beijing, | Acervo AMB



Manifestação das feministas da ALC, no espaço da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, China, 1995 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Documentos produzidos pela AMB e Articulação de Ongs da ALC durante o processo Beijing, 1995 | Acervo Redeh/AMB



Espaço interno da Tenda das Latinas e Caribenhas, em Huairou, 1995, China | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Acervo AMB

PRIMEIROS PASSOS

Nos cinco primeiros anos de sua atuação, a AMB dedicou-se ao monitoramento da implementação da Plataforma de Ação Mundial (PAM) de Beijing e engajou-se no processo preparatório à **Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância** (ONU, Durban, 2001). Neste contexto, a AMB fez parte da construção dos *Diálogos Contra o Racismo* e das campanhas produzidas pelo grupo gestor, que tinha como parceiros o Geledés – Instituto da Mulher Negra, SOS Corpo, Ibase, Cfemea, Redeh, Criola, Observatório da Cidadania, Comunidade Bahai, Instituto Patrícia Galvão, Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras, Actionaid, Cesec/Ucam, Rede Dawn e Abong.

Nos últimos anos da década de 1990, alguns agrupamentos estaduais seguiram construindo suas lutas locais e organizando-se de forma autônoma, enquanto outros estavam fragilizados, funcionando esporadicamente, por ocasião das atividades do dia da mulher e participando de algumas ações pontuais. A fim de mobilizar suas militantes, a AMB organizou várias reuniões e debates sobre as pautas feministas nas políticas públicas, sem, contudo, garantir muita adesão. Por outro lado, havia feministas ligadas à AMB atuando em espaços de controle social, como por exemplo, o Conselho Nacional dos direitos das Mulheres (CNDM), espaços de incidência do movimento de mulheres, em nível internacional (CEPAL, ONU) e colaborando para o fortalecimento de um feminismo latino americano e caribenho.

Em 1999, a AMB promoveu uma Reunião Nacional com representantes dos agrupamentos estaduais para avaliar o processo de monitoramento da Plataforma de Ação de Beijing e definir as prioridades para os anos seguintes. Como resultado dos debates a AMB produziu um Balanço Nacional das Políticas Públicas e avaliou que a melhor estratégia para incidir na implementação de políticas era fortalecendo a mobilização social.



Acervo Redeh



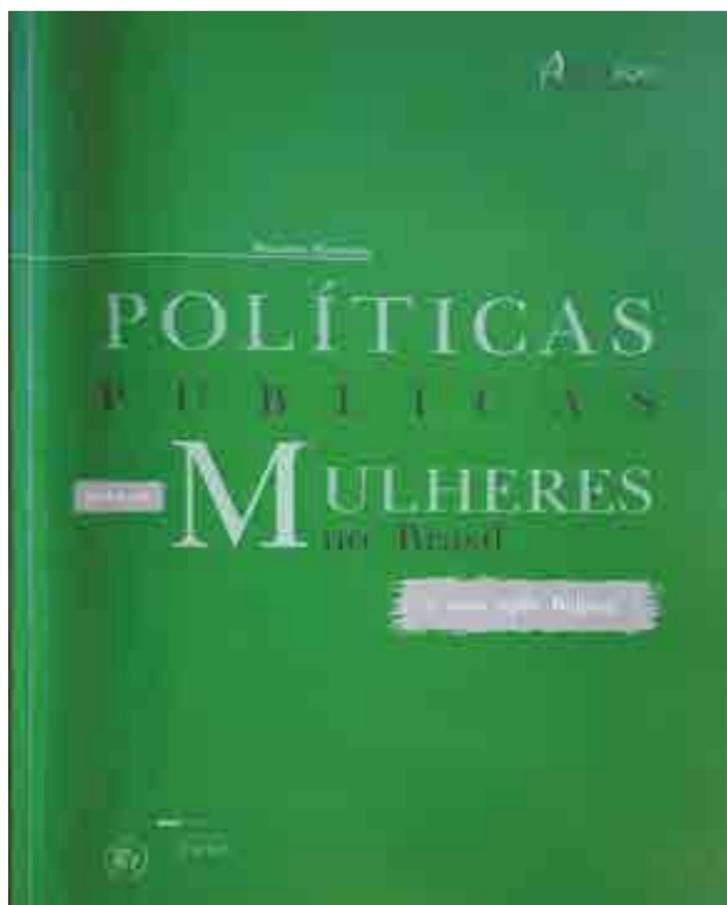
Acervo AMB

BEIJING, 5 ANOS DEPOIS

Mais uma vez estivemos mobilizadas para participar da Conferência Beijing +5, que aconteceu em Nova Iorque, no ano 2000, em que os países integrantes da ONU fizeram um balanço da implementação da Plataforma de Ação Mundial aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Nesta oportunidade, a Articulação de Mulheres Brasileiras elaborou seu próprio documento de balanço a respeito das políticas nacionais para a igualdade de direitos e equidade de gênero, desenvolvidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federal, à luz da Plataforma de Beijing (ou Pequim).

O documento de avaliação preparado pela AMB está dividido em oito capítulos, que contemplam as temáticas do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Pobreza; Trabalho, Renda e Seguridade Social; Mecanismos Institucionais; Acesso a Instâncias de Poder; Educação; Meios de Comunicação; Violência e Direitos Humanos; Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

O texto, inspirado nas exposições feitas por várias especialistas que participaram do Encontro Nacional da AMB, 1999, em Natal/RN, reflete, também, sobre o cenário de exclusão e desemprego e de concentração de renda. Observa os desafios brasileiros na implantação de políticas descentralizadas, que requerem eficácia dos governos municipais, o fortalecimento da democracia e a participação da sociedade civil. Reflete as ameaças de retrocesso que pairavam sobre a Plataforma de Ação Mundial, reconhecendo que, naquele momento, o Brasil era um dos países que ainda defendia e legitimava essa Plataforma.



Balanço Nacional das Políticas Públicas. Documento elaborado pela AMB, onde avaliamos as políticas públicas brasileiras para a igualdade de direitos, à luz da Plataforma de Beijing, em 2000. | Acervo Redeh/AMB



Manifestação das feministas “Nosso olhar transforma o mundo” durante a I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília, 2002. | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Com o intuito de romper com a apatia dos agrupamentos locais, a AMB propôs a construção de uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderíamos nos dirigir autonomamente frente ao governo e à sociedade, em defesa de nossos direitos. Nesse sentido a AMB articulou alianças com o movimento feminista, mobilizou redes e articulações de mulheres e juntas realizaram **I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras**, em 2002.

Uma nova estratégia para rearticular as forças do movimento feminista brasileiro estava nascendo, criando uma onda de mobilização que resultou na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras e na elaboração da **Plataforma Política Feminista**, documento que levanta desafios para a reconstrução da sociedade, do Estado, das relações inter-raciais, interpessoais e de gênero e que é a referência geral do projeto político da AMB.

A metodologia adotada foi a de mobilização, reuniões estaduais e locais e a elaboração de propostas advindas destas articulações, a partir da Carta de Princípios e de um roteiro básico que subsidiaram o processo de debates em todos os cantos do país. Esse processo desencadeou na realização de conferências estaduais nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, totalizando uma participação de 5.212 mulheres.



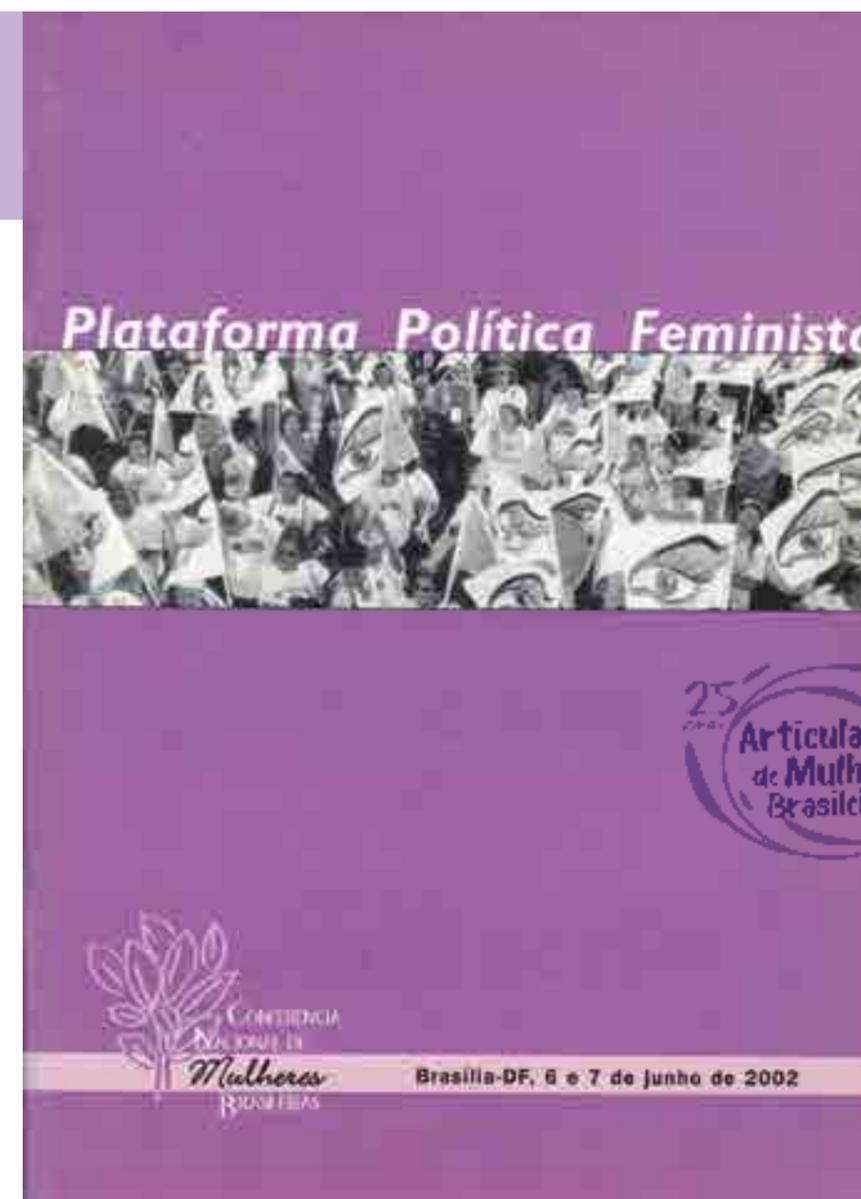
Manifestação das feministas durante a I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília, 2002
Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Faixa de abertura da Manifestação das mulheres, em 2002 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

Da Conferência Nacional participaram 1.395 representantes, escolhidas nas conferências estaduais. Além da AMB, estiveram envolvidas na comissão organizadora nove articulações nacionais do movimento de mulheres: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadora Rurais (ANMTR) – hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da CONTEE, Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (hoje Secretaria), Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Rede Mulheres do Rádio, Rede Nacional de Parteiros Tradicionais, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e União Brasileira de Mulheres (UBM).

Vale destacar que esta ação foi um marco importante na história do feminismo no país, organizada autonomamente pelos movimentos de mulheres e feministas e sem participação do governo. Parte das diretrizes contidas na Plataforma Política Feminista serviu como subsídio nas conferências realizadas em todo Brasil e incluída no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Também deixou registrado um jeito diferente de fazer política, garantindo espaço democrático onde as diversas forças puderam se expressar.



Documento elaborado pelas feministas brasileiras em defesa da democracia com justiça social e igualdade de gênero e raça, levantando desafios para a reconstrução da sociedade e do estado; até hoje uma referência importante ao projeto político da AMB.. | Acervo Redeh



Manifestação no 08 de março de 2017, organizada pelo NUMUR, em Boa Vista (RR) | Foto Simone Mêne

ÀS VOLTAS COM AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A conjuntura brasileira é marcada, neste período, pela eleição, em 2002, do presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT e de uma frente de partidos de largo espectro político, com apoio dos movimentos sociais do campo da esquerda, muitos advindos do período da redemocratização. Lula inaugura um novo modo de relação com os movimentos sociais, abrindo novos canais de participação e de consulta sobre as políticas públicas. Mas, apesar disso, mantém o mesmo tipo de política econômica do seu antecessor, associada a reformas do Estado inspiradas na política neoliberal.

Logo no primeiro ano do Governo Lula, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com status de Ministério e, em seguida, o “novo conselho”, dessa vez com uma formação diferente – vinculado à SPM, de caráter consultivo, sem autonomia financeira e nem administrativa, que convocou, para o ano seguinte, 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A AMB, em reunião com outras organizações nacionais do movimento de mulheres, traçou uma estratégia para atuar no processo da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que implicava na mobilização e formação das futuras delegadas que seriam eleitas nos estados e estratégias de atuação na comissão organizadora nacional, da qual fazia parte. Tendo como referência a Plataforma Política Feminista, a AMB publica a primeira revista *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas* (2004), contendo textos para debate, orientação para ação nas etapas municipais, estaduais e nacional, um instrumento para nossa formação feminista e nas negociações e interlocuções com outros segmentos dos movimentos de mulheres e com as representantes governamentais.

Neste ano também foi relevante a participação da AMB nos espaços de diálogo com organizações atuantes na defesa dos Direitos Humanos e na luta por políticas públicas pelos direitos das mulheres, da população negra e LGBT. Isto se desdobrou numa participação mais articulada na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, na Conferência de Segurança Pública, na Conferência de Saúde, na integração ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, na Plataforma Dhesca-Brasil, além de outras iniciativas. Como subsídio para o movimento, no processo da IX CNDH, a AMB produziu a publicação *Articulando a luta feminista - Os direitos das mulheres são direitos humanos*.



Documentos de debates e orientações para ação das integrantes da AMB nas Conferências de Políticas para as Mulheres em todas as suas etapas. | Acervo AMB

Abaixo: Comissão Organizadora da II CNPM, da qual a AMB fazia parte. Brasília, 2007. | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

Encontro de Mulheres da Lagoa do Urubu, em Ouricuri/PE | Acervo AMB

Incidência das feministas durante a III CNPM. A AMB estava lá. Brasília, 2011 | Acervo AMB





TODAS JUNTAS!!!

Coincidência ou não, o Cerrado abrigou duas grandes ações da AMB no contexto da sua trajetória. Uma vez em Goiânia e outra em Brasília. Ambas foram palco dos **Encontros Nacionais da AMB (ENAMB)** e parceiras convidadas.

I ENAMB

A realização do **I ENAMB**, em dezembro de 2006, foi decidida pelas representantes de Fóruns, Redes, Núcleos e Articulações estaduais de mulheres (agrupamentos), presentes na X Reunião do Comitê Político Nacional da AMB, em Itamaracá/PE, em abril de 2006 e lançada no II Fórum Social Brasileiro, no mesmo mês, na capital pernambucana. O documento expressava o caráter do fórum como um espaço amplo de aglutinação de distintas formas de militância na AMB. Um espaço de reflexão e debate sobre o feminismo no Brasil e na América Latina e sobre o que ele aponta de questões e desafios para a nossa ação frente ao contexto de desigualdades no Brasil e no mundo.

Para a construção do I ENAMB foi criada uma Comissão Organizadora (apoiada pelo Fórum Feminista de Goiás) e grupos de trabalhos temáticos: Os sentidos da ação transformadora feminista; O contexto da luta feminista no Brasil e América Latina; Antigas e novas problemáticas que desafiam o feminismo hoje e Questões organizativas e políticas da AMB, além de grupos de articulação e de infraestrutura.

No processo da construção do encontro houve uma consulta nacional para escolher o slogan e a arte para o mesmo. O lema escolhido foi **“Transformando o mundo pelo feminismo”**, uma utopia que continuamos buscando nas nossas ações e movimentações. Este encontro, realizado nas dependências da Universidade Católica de Goiânia, foi solidário e autofinanciado. O Fundo Solidário de Apoio aos Movimentos Populares de Mulheres no I Encontro Nacional da AMB conseguiu arrecadar recursos/doações que possibilitaram a presença de 400 mulheres. Ao todo éramos 500 mulheres, vindas de todas as partes do Brasil, ativistas da AMB e algumas parceiras convidadas. Foi um espaço plural e diverso, possibilitando a troca de saberes, práticas e expressões políticas do feminismo e apontamentos para as ações futuras.

II ENAMB

O II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (**II ENAMB**) aconteceu, no campus da Universidade de Brasília, em março/abril de 2011, quando quase mil mulheres tomaram aquele espaço (cedido solidariamente pela UNB), carregadas de energias, tambores, faixas, cartazes e chapéus – símbolo da AMB, entoando palavras de desordem, expressando seus desacordos com o rumo das políticas, suas lutas por direitos, sua diversidade, seus modos de vida, seus amores, suas dores.

Orientadas pela Carta de Princípios, construída para o ENAMB, foram quatro dias de painéis, rodas de conversa, ato político externo, debates, discussões em grupo, festa, ativismo e compromisso misturado com alegria política. A programação destacava quatro temas prioritários para orientar nossas discussões e reflexões: Expressões do feminismo da AMB; Atuação da AMB frente ao novo governo no contexto de crise global; Trinta anos de feminismo transformando o mundo e Questões político-organizativas da AMB.

No registro síntese do Encontro está expressa a intenção e compreensão do importante momento político para a realização dessa ação, que contou com a presença de muitas convidadas parceiras, do Brasil e dos países vizinhos. Diz o texto “Desde o processo o II ENAMB já indicava a tônica desejada: fortalecer o nosso movimento na sua ação política feminista frente ao Estado e à sociedade. Nessa conjuntura que se abre com o fim do governo Lula e o advento de uma mulher na Presidência da República, com história própria de atuação política no campo da esquerda, o nosso desafio se torna ainda maior. Precisamos manter a nossa autonomia, defender as políticas públicas que enfrentam as desigualdades, combater a política econômica desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, reconhecer o valor simbólico de ter uma mulher, do campo democrático e popular, na presidência. Como movimento feminista, reconhecemos a importância desse momento histórico e queremos fazer dele um espaço de oportunidades para a questão da dominação e exploração das mulheres seja tomada como um problema público a ser enfrentado pelo governo e pela sociedade”.



Participantes do I Encontro Nacional da AMB, na plenária de abertura, debates e festança. Goiânia, dezembro de 2006 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Programação do I ENAMB, Goiânia, 2006 | Acervo AMB

Ativistas da AMB chegando para o II Enamb, BSB/2011 | Foto Paula Andrade, Acervo AMB





Manifestação das feministas da AMB e convidadas, saindo do campus da UNB até a Rodoviária de Brasília, antes da Abertura do II ENAMB, em março de 2011.
Fotos Paula Andrade. Acervo AMB





Diferentes momentos do palco democrático da AMB, durante o II ENAMB, BSB, março de 2011 | Fotos Gê





Plenária do II ENAMB | Fotos Paula Andrade | Acervo AMB





Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

A AMB NA LUTA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Articulação de Mulheres Brasileiras, desde a sua fundação, mantém como um dos seus eixos de luta prioritários ações pelo fim da violência contra as mulheres – demanda esta trazida fortemente pelos agrupamentos estaduais. Entre as estratégias adotadas estivemos envolvidas, desde o monitorando das políticas públicas, atuação no legislativo, no judiciário, como na montagem de grupos de formação/reflexão e ações de rua, de maneira a tornar visível a tragédia da violência contra as mulheres, provocada pelo patriarcado e pelo racismo que sustentam relações de opressão na vida privada e na sociedade.

Em 2002/2003, a partir da decisão estabelecida nas Reuniões do Comitê Político da AMB, foi realizado o seminário nacional “*O Desafio Feminista de Monitorar a Cidadania das Mulheres*”, com o objetivo de pensar um processo coletivo e criar um método para esta ação de forma a contribuir para a renovação da ação feminista pelo fim da violência sofrida pelas mulheres, respeitando a diversidade dos estados.

O processo de monitoramento realizado pelos agrupamentos estaduais da AMB durante dois anos, a partir de 2008, ajudou a pavimentar a conjuntura necessária para uma mobilização massiva em prol da aprovação do PL 4559/04, que originaria a lei 11.340, batizada de **Lei Maria da Penha**. Na ocasião constatamos várias debilidades como, por exemplo, a falta ou precariedade dos serviços de proteção às mulheres em situação de

violência, preconizados na Lei. Como estratégia, definimos incidir na elaboração dos orçamentos estaduais, municipais e federal com o objetivo de assegurar recursos necessários à implantação do que estava previsto na legislação. Empenhamo-nos em divulgar a Lei nas mídias locais e nacionais, em audiências públicas e nas periferias das cidades.

Assim coletamos milhares de assinaturas, que foram enviadas ao Congresso Nacional, participamos ativamente das audiências públicas e propomos mudanças em alguns artigos do projeto para alargar os instrumentos de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Com a experiência do monitoramento, desencadeado pela AMB, os agrupamentos nos estados intensificaram a luta pelo fim da violência, retomando a experiência dos movimentos de mulheres e feministas da década de 1980, quando criaram e recriaram formas lúdicas e criativas de denunciar a violência. Para espriar esse debate e resistência, foram realizados, durante os julgamentos dos agressores, atos contra os assassinatos de mulheres.

Uma década depois, o movimento de mulheres reencena as vigílias, com outras roupagens e com a perspectiva de reafirmar e pressionar os governos municipais, estaduais e federal para que implementassem, com mais empenho, políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. O chamamento para a **Vigília pelo Fim da Violência contra as Mulheres** foi uma iniciativa da AMB, que acabou por envolver militantes de vários segmentos do feminismo, pelos movimentos de Direitos Humanos, sindical, partidos políticos e associações de bairros na luta por justiça e políticas que contribuíssem na resolução deste grave problema social que assola o país.

Em 2012, parlamentares feministas instalaram a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), numa articulação com os movimentos feministas, para investigar a implementação, nos estados e municípios, dos serviços de proteção à mulher recomendados na Lei Maria da Penha. Os coletivos e agrupamentos estaduais da AMB participaram das audiências públicas locais, elaboraram dossiês e denúncias sobre a violência doméstica, uteis para a composição do relatório final da Comissão Parlamentar.



Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Fotos 1 e 2: Paula Andrade | Acervo AMB



Foto de autoria não identificada



Fotos: Acervo AMB



Foto: Fabiana Karine





Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

A AMB NA LUTA CONTRA O RACISMO E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DAS MULHERES INDÍGENAS

Partindo do entendimento de que o racismo é um dos pilares mais firmes que estrutura as desigualdades, a Articulação de Mulheres Brasileiras tem reafirmado o seu compromisso político com o fim da violência racial e pela desconstrução da ideologia racista ao longo de sua história. Trata-se de um desafio permanente, que encaramos mirando a erradicação do tripé das discriminações por gênero, raça e classe, a superação das desigualdades produzidas e reproduzidas na sociedade, a ampliação dos direitos das mulheres negras e o fortalecimento da democracia. São questões que se interseccionam e se alimentam e é a partir desta compreensão que a luta antirracista atravessa, então, toda a luta da AMB.

Assim, realizamos ações próprias, campanhas nacionais e parcerias com os movimentos de mulheres negras, com as quais lutamos juntas, nos solidarizamos e nos engajamos nas lutas das quais são protagonistas, através da Frente de Luta/Coletiva Antirracista da AMB – que pensa, organiza e impulsiona a luta – e do engajamento de todas as suas ativistas.

Em 2001 participamos ativamente do processo preparatório para a **Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU, Durban)**. Para mobilizar e subsidiar as ativistas da AMB produzimos, por exemplo, a publicação *“Mulheres Negras – um retrato da discriminação racial no Brasil”*. Em 2005 a AMB esteve ao lado das mulheres negras na **Marcha Zumbi +10** e participou da **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**.

Também em 2006, a AMB produziu o documento *“Feminismo Antirracista e a Luta do Feminismo Negro por políticas públicas”*, uma contribuição aos debates feministas antirracistas que foram promovidos no mês de julho em função do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, em diferentes partes do Brasil, apresentando as principais pautas de lutas colocadas pelas mulheres negras na agenda nacional, como o direito das trabalhadoras domésticas, a defesa da política de cotas e outras políticas afirmativas.

Em 2011, a campanha nacional pelo fim da violência contra as mulheres negras intitulada **“Solte seus cabelos e prenda o racismo”** foi lançada pela AMB em diversas cidades brasileiras. Tendo como objetivo central o racismo simbólico e psicológico contra as mulheres negras, focada na valorização do cabelo “negro”, “afro”, “crespo”, cuja discriminação tem sido uma das formas mais cruéis do racismo, sofrida pelas mulheres negras desde a infância, a campanha extrapolou a militância da AMB e ganhou amplitude, sendo utilizada também por escolas e organizações do movimento de mulheres negras, que difundiram os vídeos da campanha, que teve continuidade nos anos seguintes.

A partir de debates e oficinas, surgiu a ideia da realização de uma ação direta, o **Cabelação**, que produziu vários motes, disseminados nacionalmente: *“Seu Cabelo é Bom! Ruim é o Racismo!”*, *“Pense em um Cabelo Bom! Resiste até ao Racismo”*, *“Solte seu Cabelo – Prenda o Racismo”*. E foi com estas frases que a campanha ganhou as ruas, organizou desfiles em praças públicas, queimou pranchas de esticar o cabelo, as chapinhas, ações de incidências em salões de beleza nos shoppings, além de momentos de trocas de penteados afro e trançados, valorizando a identidade negra através do cabelo.

Somando quase 50 milhões (25% da população brasileira) as mulheres negras estão organizadas em várias redes e grupos nacionais, no combate ao patriarcado, ao sexismo e ao racismo que estruturam um sistema de opressões, impondo a elas injustiças e exclusões. A fim de dar visibilidade às violências que sofrem cotidianamente, gritar por justiça e mostrar sua força, criaram o Comitê Nacional Impulsor da Marcha Nacional de Mulheres Negras, composto pelas Redes e Organizações dos Movimentos de Mulheres Negras e do Movimento Negro, para organizar a **Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver**, em 2015. A AMB, através da Frente de Luta Contra o Racismo, produziu textos, campanhas e estimulou a participação de suas ativistas no processo preparatório, nas marchas locais e na Marcha, em Brasília, que reuniu aproximadamente 50 mil mulheres, vindas de diferentes territórios e comunidades.

Em 2019, no ano dos 25 anos da AMB, a **Coletiva Antirracista e contra as violações dos direitos das mulheres indígenas** se mostra cada vez mais robusta, potente e com integrantes compromissadas, que se reuniram em Fortaleza/CE, em junho, com a presença de 40 mulheres (negras, indígenas e brancas) para discutir as prioridades da luta antirracista e direitos das mulheres indígenas, reposicionar nossa luta frente à atual conjuntura, resgatar o processo histórico da luta antirracista dentro da AMB ao longo de sua trajetória e reorganizar, politicamente e estrategicamente, os caminhos da Coletiva. No encontro, suas militantes deliberaram a participação da AMB no julho das Pretas, agenda nacional de mobilização feminista contra o racismo e que apoiaria a **I Marcha das Mulheres Indígenas**, que aconteceria em agosto, em Brasília.



Acervo AMB



AMB na Marcha das Mulheres Negras, BSB, em 2015. | Acervo AMB



Manifestação das integrantes do NUMUR, em Boa Vista (RR) | Foto Simone Mêne.



Documento produzido pela AMB, sobre o retrato da discriminação racial no Brasil, 2001 | Acervo AMB

Manifestação das famílias de vítimas da Violência no Rio | Acervo AMB



Manifestação de integrantes da AMB de vários estados, durante o "Julho das Pretas", Rio de Janeiro, 2019 | Acervo AMB



Coletiva Antirracista e contra as violações dos direitos das mulheres indígenas, em atividade de integração e planejamento. Fortaleza, junho de 2019 | Foto Comunicadoras da AMB | Acervo AMB



Foto Paula Andrade | Acervo AMB

A AMB E A INCIDÊNCIA FEMINISTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A luta feminista nas políticas públicas foi uma das estratégias da AMB na luta pela democratização do Estado brasileiro e para promoção da igualdade de direitos das mulheres. Através da Frente de Luta por Políticas Públicas, atuamos para mostrar o caráter patriarcal, racista e burguês ainda impregnado no Estado; Na formulação de demandas por políticas redistributivas e universais; Na proposição e defesa de políticas específicas e ações afirmativas para combate às desigualdades; Nos questionamentos e críticas às políticas neoliberais e ao uso do tempo das mulheres como recurso complementar às ações do Estado e na defesa das políticas para mulheres.

Desde 2003, a AMB integrou o **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**, no campo de representantes dos movimentos sociais, tendo participado do grupo que propôs a reformulação do CNDM para sua nova estrutura, com ampliação na representação dos movimentos de mulheres e feministas.

Para democratizar e ampliar nosso entendimento por políticas para as mulheres e pensar estratégias conjuntas, em 2010 a AMB organizou o seminário nacional “**As Mulheres na Democratização de Gestão Pública**”, que culminou com a proposta de fortalecer nossas articulações para forçar os governos a se comprometerem com orçamento e ações dirigidas para as mulheres em todos os níveis (municipal, estadual e federal) especialmente, nas áreas econômica e social.

Mais uma vez, a Articulação de Mulheres Brasileiras foi chamada a contribuir na formulação do **Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal**, através do CNDM, uma vez que nesse ano o processo de participação social esteve centrado nos Conselhos. Representantes da AMB participaram de várias reuniões e do Seminário Interconselhos (2012), reunindo 85 entidades da sociedade civil e representantes de todos

os conselhos nacionais. Para orientar a nossa ação, formulamos propostas, socializadas para as militantes dos agrupamentos estaduais, na expectativa de reforçar nosso diálogo com outras companheiras feministas e com o próprio governo.

Em 2005 foi criado, pelo decreto 5.390, o **Comitê de Monitoramento do Plano de Políticas para as Mulheres**, com o objetivo de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, ações e metas definidos no PNPM – alterado em 2013, pelo Decreto nº 7.959, que acrescentou mais 11 vagas para representantes dos órgãos de governo, ampliando sua capacidade de articulação e de monitoramento. Com a ampliação, o Comitê passou a contar, com 32 órgãos governamentais e três representantes da sociedade civil do CNDM, onde a AMB tinha assento, garantindo-se, assim, a transversalidade em todas as fases do Plano. O Comitê cumpriu, até o impeachment da Presidenta Dilma, em 2016, um importante papel na introdução da perspectiva de gênero nos Órgãos Federais, dando suporte à criação de Mecanismos de Gênero na estrutura desses órgãos, fortalecendo, assim, a institucionalização da igualdade da agenda feminista nas ações governamentais. Só com um olhar para vida concreta das mulheres é que as políticas públicas poderiam contemplar suas necessidades e direitos.

A AMB alia-se, ainda, aos movimentos sindicais da área de educação, cujas categorias são majoritariamente formadas por mulheres, envolvidos na campanha pelo Direito à Educação e na defesa do FUNDEB (Fundo que institui as creches como parte da educação básica e determina metas com relação à valorização das trabalhadoras na educação) e na campanha da Escola Sem Mordada, para enfrentar os fundamentalistas que queriam a aprovação dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação retirando a perspectiva de gênero dos parâmetros curriculares.

Muitos debates e conquistas foram possíveis à época, e isso se deveu, também, à articulação permanente entre governo e sociedade civil, juntos e cada um com seu papel. As mulheres brasileiras passaram a dispor de uma Central de Atendimento (Ligue 180); De uma Lei para o enfrentamento e combate à violência, a Lei Maria da Penha; De equipamentos articulados em redes de enfrentamento e atenção à violência doméstica e sexual e de acesso a programas de redução da pobreza, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Muito embora as desigualdades permaneçam renitentes, programas sociais importantes foram implementados e consolidados para o enfrentamento da desigualdade social e o surgimento de um número expressivo de Organismos de Políticas para as Mulheres e Conselhos dos Direitos das Mulheres em vários estados e municípios.



Foto Paula Andrade | Acervo AMB



Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Caracterizadas como sufragistas, integrantes da AMB fazem incidência no Congresso Nacional, na luta por paridade na política. BSB, 2015 | Acervo AMB



A AMB NA LUTA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Em 2004, várias organizações e movimentos da sociedade civil brasileira, entre elas a AMB, participaram da criação da **Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político**. Trata-se de uma construção coletiva, na qual a sociedade civil assume papel protagonista na discussão da reforma, dividindo com os partidos a arena do debate público sobre o tema. Neste sentido, foi acordado que uma reforma do sistema político deveria começar pelo fortalecimento da soberania popular, pelos instrumentos do exercício do poder e de seu controle, assim como das normas que regulamentam os processos eleitorais e da representação.

Em 2006, em parceria com outros movimentos feministas, a AMB realizou o seminário “*Democratizar a Democracia*” e, em 2011, “*As Mulheres e a Reforma Política*”. Ambos foram espaços de construção de unidade entre os diversos movimentos feministas e as feministas de outros movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda (MMM, AMNB, SNMT-CUT, SNMT-CONTAG, UBM, LBL, RFSDDSR, SNM-PT, SNM-PSOL, entre outros). Construímos um consenso feminista alicerçado na defesa da eleição por lista fechada composta em encontros democráticos dos partidos e organizada com alternância de sexo e do financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, entre outras coisas.

Em 2007, a Plataforma fez três dias de mobilização nacional, em Brasília, por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa e apresentou uma proposta de Projeto de Lei. No Congresso Nacional, parlamentares do campo de esquerda criaram a Frente Parlamentar por uma Reforma Política com Participação Popular que, pela primeira vez, incorporou representantes da sociedade civil. As Loucas de Pedra Lilás, grupo feminista de teatro do Recife, criaram um espetáculo em torno desta causa, que foi diversas vezes apresentado em manifestações públicas e nos corredores do Congresso. Em 2008, a publicação com o texto da Plataforma foi lançada e debatida em todo o Brasil, nos espaços promovidos pelos movimentos que participaram de sua construção.

Paralelo a este processo o Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE) lançou, com apoio da Plataforma, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, para o qual coletamos milhares de assinaturas, que foi posteriormente aprovado como Lei da Ficha Limpa, que impede candidaturas de políticos condenados por atos de corrupção.

A estratégia da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, desde o seu início, foi mobilizar a sociedade construindo um sentido amplo para sistema político e disputar no Congresso fazendo pressão para evitar retrocessos. Para isso criou um site - www.reformapolitica.org.br - produziu vídeos, cartilhas e fez vários debates públicos. Em 2012, em articulação com o MCCE, lançou o **Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Reforma Política** para a qual coletamos milhares de assinaturas. A AMB, também, esteve presente no Congresso e no debate público, em várias manifestações, fazendo a discussão sobre democracia, participação popular e focando no fim da sub-representação das mulheres e na defesa da eleição por lista fechada com alternância de sexo e critérios raciais.

Paralelamente, outros movimentos sociais buscaram também respostas à crise de representatividade do sistema político escancarada em 2013. CUT, AMB, MST, UNE, MMM, Levante Popular da Juventude e outros lançaram a campanha do **Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma Política**. Nós, da AMB, participamos ativamente desta mobilização e das ações educativas que aconteceram no processo, como o Curso das Mil Pessoas, no momento anterior à realização do Plebiscito na semana do sete de setembro. Criamos comitês populares, coordenamos cursos, nos engajamos em ações de rua e contribuimos para a conquista de quase oito milhões de votos no Plebiscito Popular. Agora a luta continua com a campanha pelo Plebiscito Oficial. A ideia é de que a Reforma do Sistema Político só será possível através de um processo constituinte, com representantes eleitos com este objetivo exclusivo.

A AMB e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político atuaram nas duas iniciativas: na Coalizão Democrática e no Plebiscito Popular e trabalharam para unir forças entre as duas articulações, o que veio a acontecer realmente. Nos movimentos feministas e no campo da Plataforma temos consenso político que a paridade entre homens e mulheres é uma bandeira central nesta luta. Na atual crise política é fundamental colocar esta bandeira nas ruas para evitar retrocessos e defender direitos.

A Plataforma, com a participação da AMB, elaborou uma visão de reforma do sistema político mais ampla do que é falado ou compreendido pela mídia, universidades e partidos. Desde o início, entendemos que o sistema político não diz respeito apenas a partidos e eleições (instrumentos da democracia representativa), mas também a mecanismos de participação social, como conselhos e conferências e os mecanismos nos quais as/os cidadãs/os podem decidir diretamente, como lei de iniciativa popular, plebiscito e referendo. Entende também que o sistema de justiça e de comunicação são parte do sistema político. Esta concepção ampliada foi uma visão premonitória da Plataforma que se comprova com o golpe de 2016.

Em 2018, a Plataforma amplia o seu escopo, introduzindo no debate 10 temas que estão no dia a dia da organização da sociedade: Laicidade do Estado; Economia e Democracia; Racismo e Poder; Poder Comunal; Mulheres nos espaços de poder; Sistema político e os direitos LGBTI+; Poder Político e Juventudes; Esfera Pública Digital; Justiça Popular, Justiça formal e partidização do sistema de Justiça; Direitos dos povos originários e tradicionais; Desobediência Civil; Poder local/agenda local. Estes foram os temas do Encontro

Nacional da Plataforma, em 2019. A estratégia agora é enfrentar o crescimento do fascismo e autoritarismos do atual governo, permitido pela forma do sistema político em vigor, mobilizando as organizações e movimentos sociais em torno da capilarização do debate sobre a democracia e um sistema de poder capaz de contemplar os interesses dos mais excluídos, articulando estes novos temas aos antigos eixos, para constituir a terceira versão da Plataforma, a partir dos debates que está desenvolvendo.

Tradicionalmente, a AMB atua na plataforma com foco no debate sobre a sub-representação das mulheres, da população negra e LGBT, e busca construir a capilarização do debate da democracia na sociedade brasileira a partir dos seus agrupamentos locais.



Plenária da AMB, Recife, 2016
Foto Gê | Acervo AMB



Foto 4 - Democratização do Poder, 08 de março 2014, Imperatriz MA | Acervo AMB



Plenária da AMB, Recife, 2016 | Foto Gê

A AMB NA LUTA EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Desde 2007 a AMB faz parte do **Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS)** que esteve e está em permanente mobilização, por todo o Brasil, em defesa da proteção social ao trabalho das mulheres, da população negra e dos segmentos hoje inseridos nos setores mais precários do mundo do trabalho e totalmente submetidos a mais absoluta desproteção. Como estratégia política, foi construído o Acampamento Paralelo das Mulheres em Defesa da Seguridade Social, uma trincheira onde nós mulheres feministas e trabalhadoras acompanhamos e resistimos na defesa do direito universal à proteção social. Também participaram dessa construção: Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa; Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD); Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE); Articulação de Mulheres Pescadoras do Nordeste.

No caminho de somar para ficar mais forte, nos últimos anos a AMB se juntou à algumas parceiras e parceiros do campo democrático, como a MMM, MMC, CONTAG, FENATRAD, MTC, CONAQ, MCP, MPA, CONAQ, MST, FETRAF, MAB e CUT, com intuito de barrar a reforma da previdência, cuja proposta é de retirada de direitos, aumento do tempo de trabalho das mulheres, desmonte do sistema público e universal da seguridade social, empurrando para a iniciativa privada a questão da aposentadoria.

Em 2019, antecedendo a votação da proposta de reforma da previdência no Congresso Nacional, no dia três de julho, a AMB convocou, em parceria com a Marcha Mundial de Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas, Articulação de Mulheres Negras e pela Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, o

Tribunal de Mulheres sobre a proposta da Reforma da Previdência. Realizado na tenda dos servidores, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o julgamento simbólico contou, além das militantes feministas, com especialistas em direito do trabalho e estudiosas sobre as mulheres e o mundo do trabalho, que avaliaram a versão original do projeto em votação e do parecer do relator, a partir dos testemunhos de mulheres de diversos movimentos e trabalhadoras sobre os impactos que as mudanças podem trazer para as suas vidas. A sentença final foi entregue numa audiência na Câmara dos Deputados, encerrando o dia com incidência teatral protagonizada pela ativistas da AMB.



Foto 1, 2 e 3 – AMB, em parceria com diversos movimentos de mulheres, na Câmara dos Deputados, na luta contra a reforma da previdência. BSB, 2019 | Acervo AMB



Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



1: Audiência na Câmara dos Deputados, quando feministas entregaram a sentença final do Tribunal das Mulheres contra a proposta de reforma da previdência. BSB, 2019 | Foto Cris Cavalcanti | Acervo AMB

2: Tenda onde aconteceu o tribunal das Mulheres contra a Reforma da Previdência, BSB, 2019 | Acervo AMB

3: Cartilha | Acervo Cfemea/AMB

4: Artivismo político feminista realizado nos corredores do Congresso Nacional, criticando ironicamente as propostas de reforma da previdência, que retira benefícios das e dos trabalhadores/as | Foto Cris Cavalcanti | Acervo AMB

AMB NA LUTA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Diante do crescente conservadorismo e avanço de setores religiosos fundamentalistas, a AMB tem contribuído para o debate e a luta pelo direito ao aborto no Brasil buscando “ganhar mentes e corações” das mulheres para aumentar nossa força feminista nessa trincheira. Integrada à criação e coordenação das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, promoveu várias ações e incidências no Congresso Nacional e participou também, através de sua representante no CNDM, da Comissão Tripartite (2006), criada com o objetivo de rever a legislação punitiva ao aborto no país.

A legalização do aborto é uma estratégia da luta dentro de outra estratégia maior de transformação e construção de uma sociedade mais justa, onde as mulheres sejam livres, tenham seus direitos respeitados e possam viver com autonomia. A AMB defende formas de estar no mundo nas quais as mulheres sejam livres da exploração, repressão e criminalização. Portanto, compreendemos a luta pelo direito ao aborto como uma questão de autonomia e liberdade das mulheres, de justiça social, de direitos reprodutivos e de saúde. Durante anos, as mulheres estão nas ruas e nos corredores do Poder Legislativo, resistindo às ofensivas de deputados conservadores que insistem em criminalizar as mulheres, impondo leis que retroagem os direitos previstos no Código Penal e outros já conquistados.

Entre 2004 e 2008 a AMB integrou as Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, espaço onde muitas ações coletivas eram realizadas, tais como pesquisas e intercâmbio sobre a realidade do aborto no Brasil, atividades para estender e popularizar o debate sobre o tema e estratégias de comunicação e

interlocação com a mídia, inclusive produzindo um kit com informações para jornalistas. As Jornadas constituíram grupos de trabalho e a AMB foi parte do GT Movimentos Sociais, espaço no qual amadurecemos a ideia de constituir ações em alianças intermovimentos.



Manifestação das feministas pela legalização do aborto, durante a passeata no Aterro do Flamengo, por ocasião da Cúpula dos Povos – Rio + 20, 2012 | Foto Fabiane Karine | Acervo Redeh/AMB

Dia Latino Americano de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto. 28 de setembro de 2013
Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



A AMB também foi uma das organizações protagonistas na articulação e construção, em 2008, da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, espaço de diálogo e pactuação entre movimentos feministas sobre os caminhos da luta, as formas de fazê-la e também um espaço de resistência, além de manter uma política de aliança num contexto de golpe de Estado e perdas de direitos.

O crescente poder fundamentalista e ultraneoliberal tem se capilarizado na sociedade através da posse de TVs e rádios por igrejas cristãs, bem como do enriquecimento de várias igrejas, isentas de impostos, pautadas na teologia da prosperidade e transformadas, muitas vezes, em balcão de negócios. Muitos de seus representantes entraram para o mundo da política e formaram uma bancada fundamentalista no Congresso nacional. Estes setores, composto por lideranças religiosas cristãs, associam-se com setores econômicos capitalistas (agronegócio, mineração, indústria de saúde, educação, segurança, etc.) na dominação do Estado.

O Dossiê sobre a criminalização das mulheres por aborto, do período de 2007 a 2014, foi elaborado pela Frente Nacional, com vistas a oferecer aos parceiros e parceiras da luta das mulheres por liberdade e autonomia um instrumento para atuação crítica, diante de uma conjuntura desfavorável.

Com isso, muitas ações foram desenvolvidas de maneira articulada com os movimentos de mulheres e feministas nacionais e locais, lideradas pelas organizações da Frente: desde as mobilizações contra o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007) – em especial ao longo do ano de 2013 quando ganhou visibilidade nacional – à defesa do aborto como questão de Direitos Humanos das mulheres na Conferências de Direitos Humanos e no PNHD-3 em 2010, passando pela crítica ao Sistema de Cadastro Compulsório de Gestante (MP-MS 557/2012), pela resistência à instalação da CPI da Fogueira, que pretendia investigar o financiamento à luta pela legalização do aborto no Brasil, em 2013, e ainda a grande mobilização contra o PL 5069/2013, que pretendia anular o direito ao aborto em todos os casos, luta que deu base para a campanha Fora Cunha, origem da chamada Primavera Feminista. Em 2016 aconteceram ainda as duas viradas on line **#PrecisamosFalarSobreAborto** – alcançando mais de um milhão de visualizações durante as 24 horas de ação nas redes sociais. Em todas estas ações a Frente Nacional mobilizou organizações e ativistas e envolveu a militância da AMB em várias equipes de trabalho, produção de conteúdo, ação nas ruas e nas redes contra a criminalização das mulheres e pela Legalização do aborto.

Se antes estávamos debruçadas sobre o monitoramento das Políticas Públicas e incidindo sobre sua construção e implementação, a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, do recrudescimento do conservadorismo legislativo e do conseqüente crescimento da criminalização e de denúncias que as mulheres vêm experienciando nos serviços de saúde, associado ainda ao aumento de casos de mortes violentas em clínicas clandestinas, a AMB consensuou, novamente, na Plenária de 2017, que esta seria uma Frente prioritária de atuação, como forma de luta por nenhum direito a menos.

Em 2017, a AMB impulsionou um processo e articulação contra os ataques legislativos, mobilização essa colocada a serviço do fortalecimento da Frente. Fizemos um levantamento de todos os projetos e propostas legislativas que significavam retrocessos para os direitos de todas as mulheres, considerando raça, classe e gênero. Lançamos uma convocatória para que organizações e coletivos feministas aderissem a uma ampla articulação, com o objetivo de denunciar, desmoralizar e derrotar esses ataques, não somente no Congresso Nacional, mas também nas Assembleias Legislativas estaduais e nas Câmaras de Vereadores. No mês seguinte, fizemos muitos diálogos e articulações, locais e nacionais, para somar a força das organizações feministas na busca de adesão à causa entre defensoras e defensores de Direitos Humanos por todo o país.

Fruto deste processo, em agosto do mesmo ano, foi lançado o **Alerta Feminista**, contando com o apoio de mais de 200 organizações e movimentos. Este documento elenca os ataques legislativos à dignidade, aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, aos Direitos Humanos da população LGBT e do povo negro. O **Alerta Feminista** circulou entre organizações e movimentos nacionais, na mídia e nas redes sociais. A partir deste momento, a comunicação periódica passou a ser expedida a todas as organizações signatárias



Esplanada dos Ministérios, BSB | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

para manter informação circulando, o que foi importante quando cresceu o risco de aprovação da PEC 181 (que pretendia impedir o abortamento por decisão da mulher em quaisquer circunstâncias).

De forma articulada, ainda, em 2016 e 2017, pautamos os ataques legislativos nas ações do movimento de mulheres: tanto na primeira, quanto na segunda *2ª Virada Feminista, 24h falando sobre aborto* na internet, nas rodas com grupos de mulheres nos bairros e comunidades e nas universidades, e as ações de rua no dia 28 de Setembro, Dia latino-americano contra a criminalização e pela legalização do aborto.

Um ano cheio de mobilizações, em novembro, na ação que foi chamada de *#TodasContra18*, a AMB foi parte da força feminista que levou às ruas milhares de mulheres em mais de 30 cidades brasileiras, em resposta à aprovação do relatório favorável à proibição do aborto em qualquer caso. Na sequência, começamos a articulação de uma *Carta Aberta ao Parlamento Brasileiro*, favorecendo a redação compartilhada por lideranças feministas e aliada(os) da causa, chamando à responsabilidade o Parlamento, no que diz respeito à defesa dos direitos humanos das mulheres. A *Carta ao Parlamento* foi entregue à Comissão Especial, mas também ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, principal destinatário desta estratégia, onde se obteve uma declaração pública dele de que a PEC não tramitaria. A esta altura o documento já contava com 400 assinaturas de parlamentares, lideranças religiosas, advogadas(os), promotoras(es) e defensoras(es) públicas(os), artistas e médicas(os), professoras(es) e pesquisadoras(es) acadêmicas(os), além de mais 130 assinaturas de organizações e movimentos.

No difícil ano das eleições gerais de 2018, nos mantivemos vivas na causa do aborto e contribuimos com a realização do Festival pela Vida das Mulheres, convocado e fortalecido pela Frente para reverberar a audiência pública no STF da ADPF 442 (iniciativa apoiada por várias organizações). Somamos nossas forças a de outras companheiras e realizamos Festivais em capitais do nordeste (Recife, João Pessoa, Natal) ao mesmo tempo que sustentamos a infraestrutura e a metodologia do Festival do Distrito Federal. Às vésperas do 2º turno das eleições, repetimos a ação do Festival em algumas outras capitais, no 28 de setembro, Dia Latino-americano pela Legalização do Aborto, que naquele ano foi véspera do *#EleNão*, momento no qual levamos também a bandeira da legalização do aborto.

Com a vitória eleitoral do “bolsonarismo” como forma de política, o fascismo social e os crescentes ataques às pautas, lutas e ativistas feministas, seguimos em luta, apoiando e promovendo com nossa energia militante a articulação em Frente como estratégia e meio de aumentar a força feminista por conquista na autodeterminação reprodutiva para todas as mulheres. Fomos ativas e parceiras estratégicas na realização da 3ª Plenária Nacional da Frente, em 2019, com a segunda maior delegação e muita atuação nas equipes de trabalho. Seguiremos nos processos de articulação da resistência e construção da força coletiva em favor da legalização do aborto na agenda democrática brasileira.

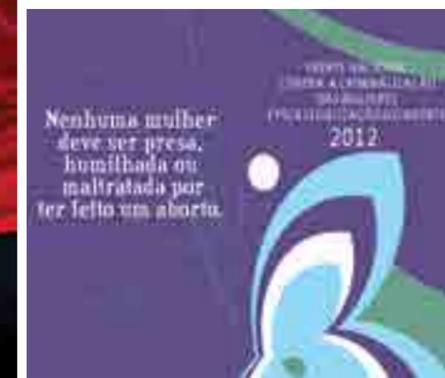


Bloco Carnavalesco As decididas pedem Passagem, desfilando na Passarela do Samba de Porto Alegre, durante o II Fórum Social Mundial, em 2002

Manifestação das Loucas de Pedra Lilás, durante a Cúpula dos Povos/Rio + 20, Aterro do Flamengo/RJ, 2012
Fotos Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Manifestações em defesa da legalização do aborto e pelo estado laico em diversas ocasiões | Foto Claudia Ferreira e outras



O Território Global das Mulheres, na Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns foi organizada pela AMB, AMNB, AFM e contou com o apoio de mais 31 redes nacionais e internacionais. Rio de Janeiro, junho de 2012.

A AMB NA LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E ECONÔMICA

A reflexão sobre as implicações para as mulheres das injustiças socioambientais e econômicas sempre esteve presente nas ações de enfrentamento da AMB ao modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil e região. Denunciamos os impactos na vida das mulheres e ajudamos a visibilizar as lutas e resistências de marisqueiras, pescadoras, quilombolas, mulheres negras, afetadas por projetos de desenvolvimento do turismo no Nordeste.

Em 2005, fez parte da programação do I ENAMB, uma atividade específica sobre feminismo e alternativas ao modelo de desenvolvimento predatório. O interesse no debate foi tão grande, os depoimentos tão contundentes e a realidade tão impactante na vida das mulheres que nasce a Frente de Luta por Justiça Socioambiental, com inúmeros desafios: difundir a concepção de crise como um problema de todas e todos e não apenas das populações atingidas em determinados territórios impactados por grandes projetos de desenvolvimento; fortalecer as lutas de resistência nos territórios, apoiar, aliançar; dar visibilidade à situação das mulheres nos enclaves de desenvolvimento, às suas lutas e às alternativas de modo de vida; organizar lutas locais como movimento de mulheres ligado à AMB, articulando alianças com outros movimentos sociais locais; participar ativamente dos processos de lutas nacionais e internacionais.

Em parceria com a Articulação Feminista Marcosur, Redeh, Coletivo Leila Diniz, SOS Corpo e Cfemea, a AMB organizou, em 2011, o **Diálogo Intercultural sobre o Bem Viver**. O Encontro, em Brasília, reuniu 28 mulheres – lideranças de grupos de mulheres indígenas e de organizações indígenas mistas – representando a diversidade regional, de povos e de tipos de organizações e integrantes da AMB atuantes na Frente de Luta

por Justiça Socioambiental, com o objetivo de promover reflexões sobre a situação das mulheres indígenas e não indígenas, discutir as explicações para esta situação e as alternativas sonhadas para transformação social e da realidade de vida das mulheres, destacando-se a proposta do Bem Viver no debate sobre alternativas à globalização.

As várias agendas no plano nacional e internacional de questões de interesse da Frente de Luta por Justiça Socioambiental exigem um processo permanente de mobilização das ativistas dos agrupamentos locais e articulações com outros movimentos. Em 2014, por exemplo, a Frente teve a tarefa de organizar a participação das feministas em quatro grandes eventos: Fórum Pan-amazônico, Copa do Mundo, Cúpula do BRICS (grupo de países formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e COP19.

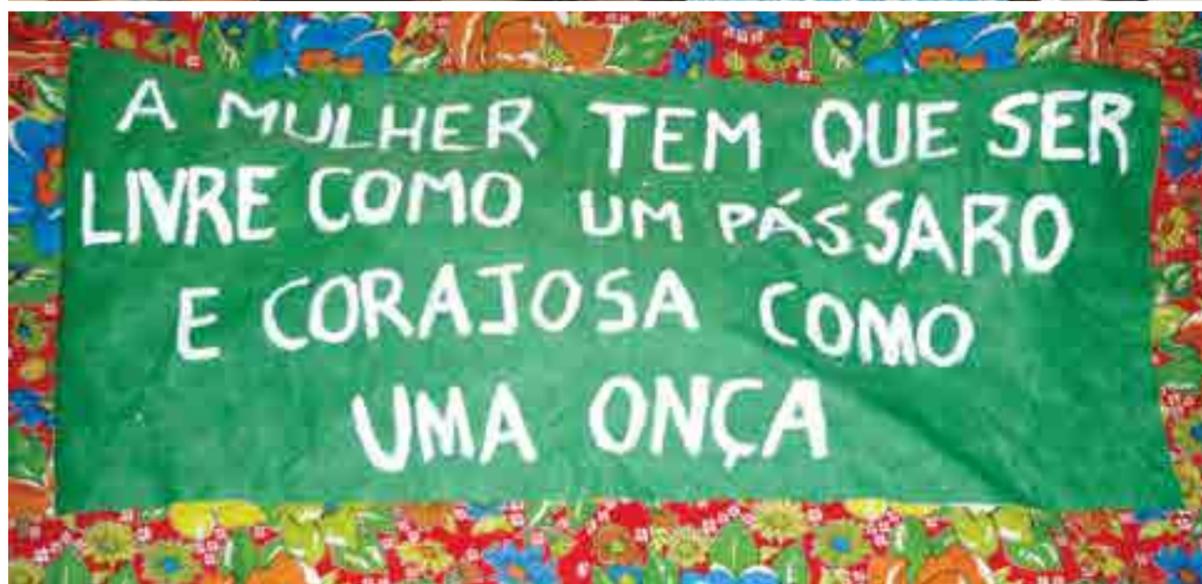
No caso da Cúpula dos BRICS, que aconteceu em Fortaleza/CE, a AMB tomou a iniciativa de propor e construir algumas atividades coletivas, envolvendo movimentos e organizações locais, nacionais e dos outros países dos BRICS. Acolhida a proposta, contamos com várias adesões, que contribuíram para o desenho da agenda nesse período, o que culminou com a realização do **Fórum de Mulheres do BRICS**, quando nos posicionamos criticamente ao modelo de desenvolvimento excludente, machista, racista e capitalista. Também estiveram na pauta dos debates temas como direitos sexuais e direitos reprodutivos, desigualdades e concentração de renda, desproteção social, dentre outros. Durante a Cúpula estivemos alojadas na Casa Feminista, um espaço de convivência coletiva onde organizamos nossa incidência política sobre a Cúpula do BRICS, realizamos diversas atividades simultâneas e autogestionadas, entre elas, um debate feminista, antirracista e anticapitalista sobre BRICS.

Nossa participação na **Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida, em defesa dos bens comuns**, que aconteceu em junho de 2012, paralelo à Conferência Oficial da ONU – Rio+20, foi a expressão de um processo fruto de acúmulos históricos das lutas territoriais locais, regionais e globais. A AMB integrou o Comitê Facilitador da Sociedade Civil na organização da Cúpula dos Povos e, juntas, construímos o **Território Global das Mulheres** (com o apoio de mais 31 redes nacionais e internacionais), a Casa Feminista, o programa diário de rádio Planeta Lilás, além de várias intervenções públicas, como a Passeata Unificada das Mulheres.

A estratégia das mulheres por direitos e justiça socioambiental teve como objetivo denunciar e mobilizar as ativistas para a Rio+20, propiciando um amplo debate na sociedade local e nacional, visibilizando os diversos contextos de injustiças relativas aos territórios, acesso aos bens comuns, mecanismos de economia verde e as questões do trabalho das mulheres nessa nova conjuntura, bem como os temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, as violações de direitos e o cerceamento da liberdade das mulheres sobre seus corpos, no contexto do avanço do conservadorismo.

A mobilização nacional foi construída pela Articulação de Mulheres Brasileiras em parceria com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e, no plano internacional, com a Articulação Feminista Marcosul (AFM), que se uniram para pensar uma estratégia de envolver mulheres de diferentes territórios e vivências para incidir no processo da Rio+20 e participar ativamente da Cúpula dos Povos. No Brasil, contamos também com o apoio do Instituto Equit, Redeh, Grupo Criola, Cfemea, SOS Corpo, Coletivo Feminista Leila Diniz, Cunha, Geledés – Instituto da Mulher Negra e Instituto Patrícia Galvão.

Além das ações acima citadas a AMB, através dos agrupamentos locais e em sintonia com outros movimentos, realizou uma série de atividades nesse campo, destacando-se a participação no VII Fórum Social Pan-Amazônico, em Macapá; Encontro das mulheres da Amazônia em Altamira; Seminários sobre Trabalho e Justiça Socioambiental no Recife (SOS Corpo/AMB); e Incidência em Altamira/Belo Monte (Movimento Xingu Vivo/Equit/AMB), dentre outros. Tem sido constante a afirmação de solidariedade e aliança com as mulheres indígenas, como por exemplo a relação com o Comitê Intertribal de Mulheres Indígenas (AL) e a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR). Desde 2017, a Frente por justiça socioambiental da AMB se alargou, agregando o componente econômico, nas suas estratégias de luta.



Acervo Redeh/AMB.



1, 2 e 3: Caravana das Mulheres de vários estados em direção ao Rio de Janeiro, para participar do Território Global das Mulheres, na Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 2012

4: Debate no interior do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 2012 | Foto Fabiane Karine

5: Manifestação feminista no Aterro do Flamengo Rio de Janeiro, 2012 | Foto Fabiane Karine

Fotos Acervo AMB



Feministas da AMB, no Metrô do Rio de Janeiro, a caminho do Território Global das Mulheres, na Cúpula dos Povos, 2012
Foto Fabiane Karine | Acervo AMB





Loucas de Pedra Lilás na manifestação das feministas durante a Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro, 2012
Foto Fabiane Karine | Acervo AMB



1: Reunião/debate com as mulheres da AMB e Parceiras do movimento indígena e quilombola, durante o Fórum Panamazonico, Santarém/PA, 2010. Acervo AMB

2: Representantes da AMB no encontro Diálogos Interculturais, organizado pelo Flora Tristã/AFM, Lima, 2017
Fotos Acervo AMB



Passeata das mulheres por justiça socio ambiental durante o Fórum Panamazonico, Santarém/PA, 2010. Acervo AMB



AMB participando da manifestação em Buenos Aires contra a política da OMC, em 2017 | Foto Gê | Acervo AMB



Lançamento da Campanha da AFM/AMB Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos, durante a passeata de abertura do II Fórum Social Mundial, POA/RS, 2002 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES

LUTAS NO PLANO INTERNACIONAL E ALTERNATIVAS À GLOBALIZAÇÃO

A maioria das ações desencadeadas em nível internacional nos últimos 18 anos acontecem fruto da parceria da AMB com a **Articulação Feminista Marcosul (AFM)** – uma corrente de pensamento e ação política, criada no ano 2000, da qual a AMB é uma das fundadoras. A AFM tem como eixo central de sua estratégia o desenvolvimento de um campo político feminista em nível regional e global e a contribuição para gerar mudanças necessárias de maneira que os direitos das mulheres latino-americanas e caribenhas se ampliem e sejam exercidos na sua totalidade e com igualdade de condições.

No II Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceu em Porto Alegre, em 2002, a AFM, a AMB e outras redes internacionais lançaram a campanha contra os fundamentalismos, sob a insígnia **“Tua Boca é Fundamental contra os Fundamentalismos”**, como estratégia para enfrentar o avanço das forças conservadoras e sua associação com o processo de restauração neoliberal em curso na América Latina e no mundo, combinado ainda com o recrudescimento da ofensiva fundamentalista sobre o Estado e a vida cotidiana das mulheres. Essa experiência, bem-sucedida mundialmente, levou a AFM e a AMB a repetirem a dose em várias ocasiões e atividades nos anos seguintes, como aconteceu em 2017, em Montevidéu, no Uruguai, no 14º. Encontro Feminista da América Latina e do Caribe (Eflac) e no Fórum Social de Salvador/BA, em 2018.

Uma destas ações é o Circo Fundamental Contra os Fundamentalismos, com material visual chamativo, faz sucesso, se configura como um espaço de expressão da criatividade feminista e provoca debates,

denunciando os pensamentos fundamentalistas, seus atos de repressão e violência e, acima de tudo, sua constante agressão aos direitos das mulheres.

Outra iniciativa da AFM da qual a AMB faz parte é o **Diálogos Consonantes**, nascido em 2008 com o objetivo de influenciar o debate e a construção de uma agenda de cooperação e desenvolvimento que integrasse a visão de mulheres e o movimento feminista na América Latina e no Caribe. Aconteceram várias edições, em diferentes países, na tentativa gerar consonâncias e possíveis pactos políticos em ações voltadas para o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero no contexto da região, a partir do reconhecimento de redes e organizações feministas, como principais atrizes sociais e políticos para o desenvolvimento e avaliar a eficácia da ajuda da cooperação.

Os **Diálogos Feministas** são plataformas de debate das ideias feministas e surgiram do Encontro Estratégico de Mulheres no Fórum Social Mundial de 2003, com a noção comum de que o Fórum era um espaço predominantemente masculino, onde as lideranças feministas e os movimentos de mulheres ocupavam as margens. Contribuindo para superar essa invisibilidade, o primeiro Diálogo aconteceu em Mumbai, na Índia, em janeiro de 2004, antecedendo o FSM, com a participação de 150 mulheres do mundo todo. Muitos outros se seguiram, sempre enfatizando questões como Direitos Humanos das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, a defesa do Estado Laico e as conexões entre o local e o global, face aos desafios crescentes da globalização, militarização e fundamentalismos.

Em parceria com Instituto Equit e o GT Gênero da Rebrip, a AMB atua nas Jornadas Estaduais e Internacionais de Feministas contra o Livre Comércio. Em dezembro de 2017, a AMB participou do **Fórum Feminista Frente ao Livre Comércio** e da grande Assembleia Feminista no marco da Cumbre de los Pueblos *“Fuera OMC, construyendo soberanía”*, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, paralelamente à realização da 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. O objetivo maior dessas atividades é impedir as novas regras, que visam garantir oportunidades de lucros na economia digital do futuro em detrimento do progresso e desenvolvimento equitativo. Nas ruas e na porta da Conferência, mulheres lésbicas, trans, bissexuais, heterossexuais, pessoas não-binárias, gays, afrodescendentes, migrantes, deslocadas, refugiadas, indígenas, negras, camponesas, trabalhadoras autogeridas de várias regiões, setores, identidades, etnias e culturas se juntaram para construir uma agenda alternativa para os povos e comemorar o fracasso das negociações que visavam um projeto de globalização econômica neoliberal e corporativista.

Neste Fórum se definiu seguir esse processo de luta e articulação para realizar novamente um grande momento durante a reunião do G-20, no próximo ano, em 2018, na Argentina. Tanto a AMB quanto a AFM decidiram investir na construção dessa aliança e desse processo de luta feminista na América Latina.

Para enfrentar a OMC e o G20, mecanismos mais importantes para implementar a agenda neoliberal global, construímos uma estratégia de luta em aliança com várias forças políticas feministas contra a ofensiva neoliberal, patriarcal e racista na América Latina. Estivemos juntas nessa construção com a Rede Gênero e Comércio, Rede DAWN, as Feministas de Abya Ayala, companheiras da ATTAC Argentina e seus coletivos autônomos, núcleos de universidades e organizações feministas, como o Instituto EQUIT e o SOS Corpo, no Brasil, CISCOSA, na Argentina, que apoiaram de perto a organização desse processo.

Durante a XIII Cúpula do G20, em dezembro de 2018, na Argentina - que reuniu presidentes de 19 países -, organizações sociais, ativistas políticos e movimentos feministas da região se mobilizam, produzindo no espaço paralelo chamado de Cúpula dos Povos -, o Fórum Feminista contra o G20 que deu voz às mulheres de diferentes territórios e segmentos sociais e produziu uma declaração onde alertava, entre outras coisas que “a liberação de fluxos comerciais e financeiros tem um impacto diferencial em nosso cotidiano, aprofundando a desigualdade e a pobreza. A exploração financeira, a bancarização e o endividamento compulsivo dos setores populares geram laços de sujeição nas mulheres, dificultando sua soberania econômica”.

Uma grande manifestação invadiu as ruas de Buenos Aires e a AMB, uma das parceiras desse processo, se fez representar por um expressivo grupo de feministas brasileiras.



Delegação de brasileiras no Fórum Feminista
Acervo AMB





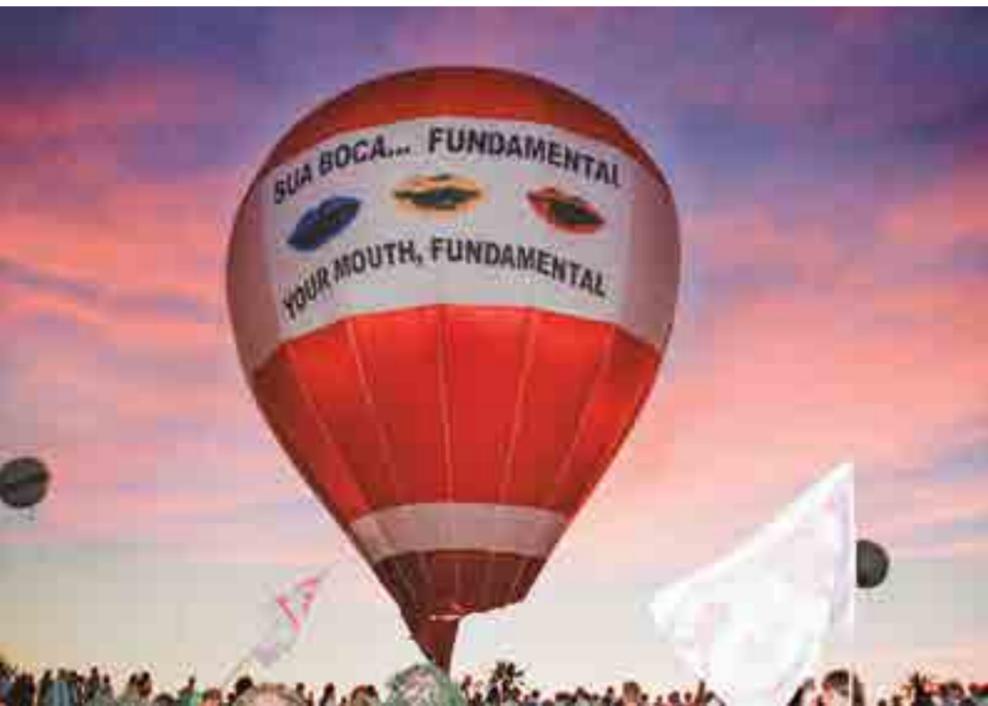
Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Fotos Gê | Acervo AMB



Lançamento da Campanha da AFM/AMB Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos, durante a passeata de abertura do II Fórum Social Mundial, POA/RS, 2002 | Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



1: Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES
2: I Fórum Social Nordestino, Recife/PE, novembro de 2004 | Acervo AMB

NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Desde a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, na cidade de Porto Alegre/RS, a AMB vem atuando nesse espaço, sintonizada com a Articulação Feminista Marcosur (AFM). Com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global, o Fórum é organizado por um Comitê Internacional, composto por representação dos movimentos sociais de vários continentes, incluindo a AFM. Carregando o esperançoso slogan “*Um outro mundo é possível*” o número de participantes tem sido crescente nas sucessivas edições.

Em 2002, também em Porto Alegre, a AMB e AFM participaram ativamente do segundo FSM levando para a passeata de abertura um carro estampado de bocas vermelhas e centenas de ativistas que traziam em suas camisetas, faixas e cartazes o mote da campanha “Sua boca é fundamental contra o fundamentalismo”, lançada neste ambiente internacional. Neste FSM também foi organizada a Tenda Fêmea, espaço utilizado por diversos movimentos de mulheres, para realização de oficinas, debates, apresentação teatral, sarau de poesias e manifestações.

Com o objetivo de superar a invisibilidade das mulheres ocorrida nas edições anteriores do Fórum, diante de um espaço de decisão majoritariamente masculino, em 2004, às vésperas do IV FSM, a AFM/AMB promove os **Diálogos Feministas** com a presença de mulheres de várias partes do mundo onde enfatizaram questões como direitos humanos das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos e as conexões entre local e global. A importância da iniciativa foi a de impulsionar o debate, através de diferentes perspectivas que nos fizessem refletir, reavaliar e remodelar nossas análises e estratégias, tanto individualmente, quanto coletivamente. Pensado como uma plataforma que fortaleça nossa diversidade, assim como nossa política comum, ele foi reeditado em outros momentos do Fórum Social Mundial.

A AMB foi ampliando a sua presença articulada nos diferentes desdobramentos do Fórum Social Mundial, como o Fórum Social Nordestino, Fórum Panamazônico, Fórum Hemisférico e Fórum Social Brasileiro, atuando nos comitês organizadores e apresentando suas pautas de forma articulada com outros movimentos, como é o caso da sequência de atividades chamada “*Aborto na agenda democrática*” ou nos debates sobre a *Democratização da democracia*, que muito tem contribuído para fortalecer nossa luta nesse campo.

Compondo o comitê organizador do Fórum Social Pan Amazônico (FOSPA), um espaço de encontro de movimentos sociais, populações tradicionais, povos originários, redes e organizações que vivem e atuam nos nove países que compartilham a Bacia do Rio Amazonas-Brasil - Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Brasil e Bolívia -, em maio de 2014, a AMB investiu muito no processo e na presença do Fórum que aconteceu em Macapá (AP), construindo e participando de espaços de vivências, manifestações, debates e atividades culturais que abordaram questões sobre justiça sócio ambiental, modelos de desenvolvimento, defesa das populações, contexto político, identidade cultural e ofensivas contra nosso corpo e o meio ambiente.

Concebido como um processo de diálogo das organizações e movimentos sociais que trabalham e lutam por outra panamazônica, o território escolhido para abrigar o VIII FOSPA, foi a cidade de Tarapoto (Peru), em abril de 2017. Reafirmando a importância do resgate de saberes até os paradigmas alternativos de cambio civilizatório e questionando o modelo de desenvolvimento baseado no lucro e consumismo, nos somamos as vozes plurais presentes, na construção de caminhos para o bem viver, reflexões sobre a situação dos povos originários, diversidade cultural, soberania alimentar, mudança climática, autonomia e autogoverno, feminismo, corpo e território.

Nesta edição do Fórum, a AMB e AFM realizaram um espaço de diálogo com a presença de vozes dos movimentos feministas de diferentes contextos (Brasil, Argentina, Paraguai, Honduras) sobre o **Internacionalismo feminista frente à crise da democracia e às ameaças fundamentalistas**, para dialogar sobre o que vem acontecendo com as democracias na América Latina e outras regiões, a ameaça do fundamentalismo, a fúria do capitalismo e as investidas contra nossos os direitos.

Também participamos do lançamento da Campanha Internacional “**Em defesa de nossos corpos e nossos territórios**”, como resposta das organizações de mulheres indígenas, amazônicas e feministas, para enfrentar as violências sofridas pelas defensoras dos territórios, em razão do agravamento do modelo de desenvolvimento, nesse contexto de ódio e de reorganização global das forças do capital. Na ocasião, houve um combinado entre os movimentos que assumiram a campanha, dentre eles a AMB, de fazer do dia 5 de setembro - Dia Internacional da Mulher Indígena, a data de mobilização internacional dessa luta.



Diálogos Feministas, organizado pela AFM/AMB, FSM de Belém, 2007 | Acervo AMB



Grupo Loucas de Pedra Lilás usando a criatividade e a estética para visibilizar as atividades do Barco da AFM/AMB, no cais do Rio Guaíba, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), em 2003
Fotos Claudia Ferreira / Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



Foto Claudia Ferreira | Acervo Mulheres e Movimentos / CACES



A CASA FEMINISTA DA AMB

Trata-se de uma iniciativa metodológica de acolhimento e convívio coletivo criada pela AMB, vivenciada em quatro experiências exitosas: em 2009, em Belém, durante o Fórum Social Mundial; em Santarém, em 2010, durante o Fórum Panamazônico; em 2012, no Rio de Janeiro, em parceria com a AMNB, durante a Cúpula dos Povos e em Fortaleza, em 2014, durante a Cúpula dos BRICS.

Em geral usamos o espaço de uma escola, onde transformamos em alojamento para acolher as mulheres indígenas, brancas e negras, urbanas e rurais, vindas de várias regiões do Brasil e até de outros continentes. A Casa, além de local de descanso, tem sido palco de muitas atividades, de formação política, oficinas de confecção de material, construção coletiva de palavras de ordem e músicas para as passeatas e incidências, reuniões preparatórias para atuação nas plenárias das respectivas atividades, ensaios de teatro e outras atividades culturais.



Fotos Acervo AMB

A RUA É NOSSO PALCO

O feminismo no Brasil, assim como os movimentos das(os) trabalhadoras(es), do campo e da cidade, sempre ocupou o espaço público como lugar de visibilidade e ressonância de suas propostas, protestos, comemorações. Desde o nascimento da AMB temos priorizado as ruas, as praças, como territórios para nossas manifestações, ativismo, denúncias e atos de resistências. São ações políticas, de diferentes segmentos sociais que, apropriam-se do espaço público para se comunicar com mais pessoas, evidenciar suas mensagens e demonstrar a força reivindicatória das questões em pauta.

É nesse sentido que, em todo **08 de março – Dia Internacional da Mulher** – dia de luta das mulheres feministas, organizamos atos, passeatas, seminários e tantas outras ações, em conjunto com os movimentos de defesa dos Direitos Humanos, movimentos de luta por terra, movimentos diversos de mulheres do campo e da cidade, diversas expressões do feminismo (negro, lésbico, trans, indígena, branco) para enfrentar os conservadores e representantes do sistema de dominação que nos oprime, explora e mata – desde as transnacionais beneficiadas com os grandes projetos de desenvolvimento, os latifundiários, expressão mais antiga do patriarcado no país, a igreja conservadora e os fundamentalistas que criminalizam, humilham, perseguem e maltratam as mulheres que recorrem ao aborto ou que defendem a sua legalização.

Nos últimos anos internacionalizamos nossa luta nesse dia, através de uma pauta unificada: **Nenhuma a Menos**. Uma pauta de luta contra o aumento do feminicídio, das violências de gênero e racial, contra a restauração da direita e do pensamento conservador e em defesa da democracia. **Nenhuma a menos! É pela vida das mulheres! Nenhum Direito a Menos! Por uma democracia feminista e popular!**



Ao longo de 2011 e 2012, diversas cidades brasileiras realizaram a **Marcha das Vadias**, que contou com o envolvimento forte das ativistas da AMB nos estados, em protesto pela culpabilização das mulheres pelo estupro, pelo fim da violência doméstica, física, simbólica e sexual, pelo fim do machismo e pela igualdade de gênero. O termo “vadia”, em geral usado para ofender as mulheres, foi ressignificado e usado para defesa da autonomia e liberdade de ir e vir como desejarem. Usando uma nova estética as feministas, em sua maioria jovens, ocuparam as ruas com as caras pintadas, roupas consideradas provocantes, corpos despidos e portando cartazes que diziam “*Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias*”. Podemos dizer que o jeito irreverente de fazer política e de enfrentar o patriarcado estava de volta.

E seguimos na rua o ano inteiro, sintonizadas com nossas lutas prioritárias. Participamos e nos envolvemos no processo de construção dos 21 Dias de Ativismo e do **Dia Internacional contra a Discriminação Racial**, 21 de março. Ocupamos as ruas, em companhia de outras organizações, para protestar contra o racismo no **Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha**, celebrado no dia **25 de Julho** e voltamos às praças contra a lesbofobia, no dia **29 de Agosto**, **Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e bissexuais**.

No dia **Dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina, 28 de setembro**, data considerada um marco na luta feminista em todo o mundo, pelos direitos das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, denunciemos e protestamos pelas mulheres mortas devido à criminalização irresponsável do aborto no Brasil – ação estratégica e que tem nos levado às ruas constantemente com atos e manifestações articuladas, conforme já descrito no item *AMB na Luta pelo Direito ao Aborto*.

No **20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra**, que homenageia a valentia e resistência de Zumbi e Dandara, também saímos às ruas. Ao lado das organizações de mulheres negras não deixamos esquecer a tragédia da escravidão, ainda hoje vigente na sociedade brasileira e agravada ao se vestir de modernidade. Protestamos contra o extermínio da juventude negra, contra o racismo institucional, contra as desigualdades sociais. Também saímos em passeata no dia **25 de novembro - Dia Internacional da Não-violência Contra a Mulher**, para exigir uma vida digna, sem violências, denunciar a violência como uma expressão histórica da opressão e da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e denunciar o inaceitável número de mulheres violentadas e assassinadas todos os dias no Brasil.

Em Brasília, marchamos juntas na **Marcha das Margaridas**, uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Surgiu no ano 2000, com o objetivo denunciar o projeto neoliberal em curso no Brasil, assim como apresentar uma pauta de reivindicações. Na primeira edição, reuniu cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas, pescadoras, indígenas, extrativistas de todo o Brasil. Usando sua marca característica – camisetas lilás e chapéus de palha decorados com margaridas, a Marcha voltou a acontecer nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015 e nesta última edição reuniu cerca de 70 mil manifestantes. A Marcha das Margaridas se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista e sua agenda política tem como lema “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), por 27 Federações (FETAGs) e mais de 4000 sindicatos, sua realização conta com ampla parceria, inclusive com a AMB, Marcha Mundial de Mulheres, UBM e CUT.

A AMB, com assento na Comissão Organizadora da MM, esteve nacionalmente envolvida na construção e mobilização das mulheres para que em agosto de 2019, a **Marcha das Margaridas** pudesse acontecer potente e com milhares de mulheres ocupando a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, numa demonstração de força e resistência na luta antissistêmica, cujas vozes se levantaram contra a ofensiva conservadora, ultra-neoliberal, patriarcal e racista, articulada ao fundamentalismo religioso, ao fascismo social e à militarização, com profundos retrocessos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais a que o atual governo tem submetido o país. Após a realização de seis Marchas, as trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, contabilizam várias conquistas, embora haja muito por construir em termos de políticas estruturantes e

políticas públicas para as mulheres – neste momento bastante ameaçadas.

Neste cenário crítico do Brasil, onde enfrentamos grande ofensiva capitalista e racista contra as mulheres, especialmente as negras, indígenas, quilombolas e pobres, com centenas de pessoas sendo assassinadas, expulsas de seus territórios ou sendo submetidas a regimes de trabalho equiparados à escravidão, que as mulheres indígenas decidiram organizar sua primeira marcha em Brasília. Como AMB estivemos apoiando esta importante iniciativa, quando centenas de indígenas denunciaram as violações contra seus direitos, exigiram o reconhecimento dos seus povos, o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e está previsto na Constituição Brasileira. A **I Marcha das Mulheres Indígenas** fortaleceu suas redes e organizações, deu visibilidade às suas causas e conquistou apoio dos movimentos feministas e de mulheres.

1: Batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco | 3: Passeata feminista durante o I Fórum Social Nordestino, Recife/PE, 2004
Fotos Acervo AMB



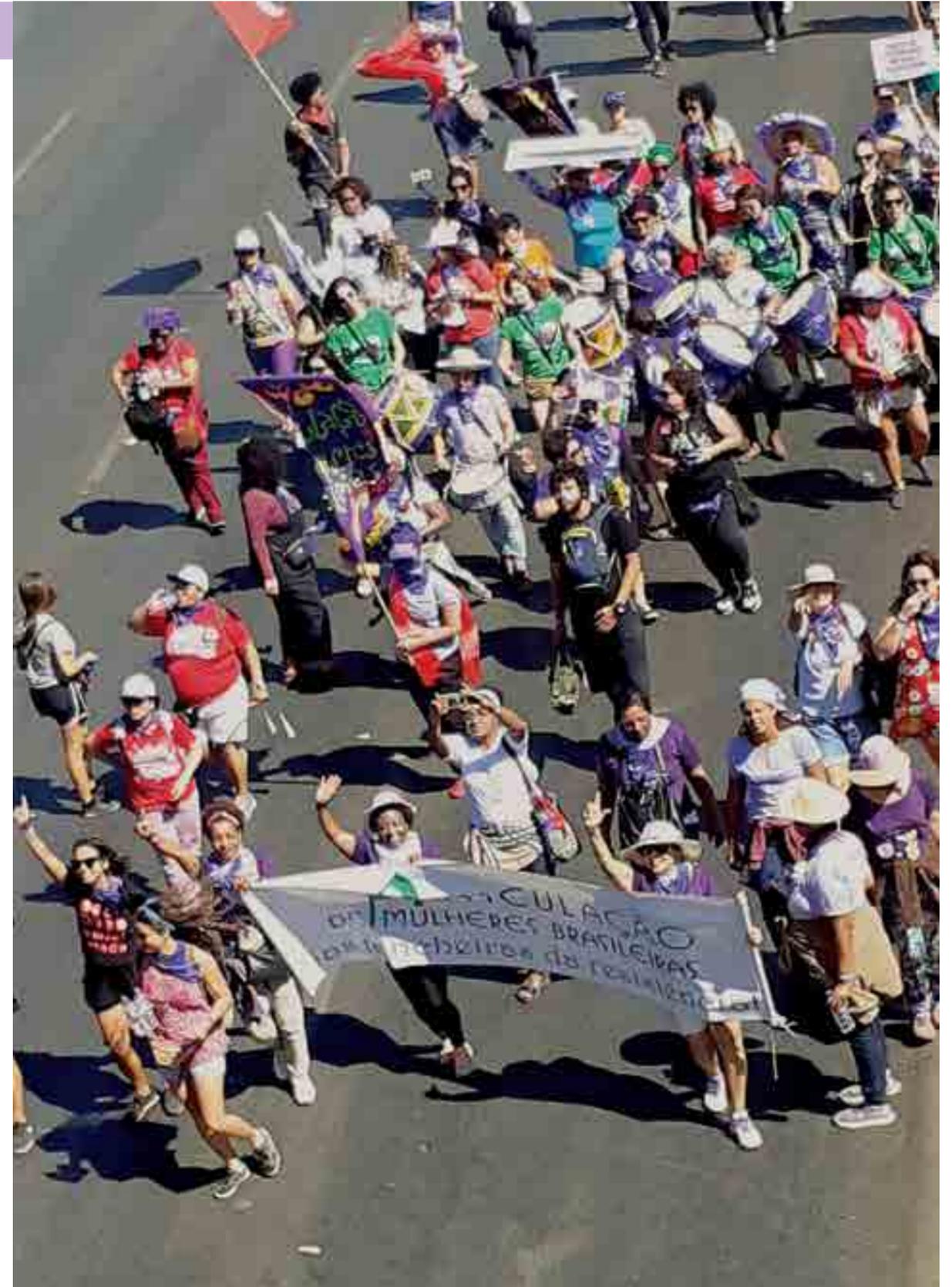


Batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Plenária da AMB, Recife, 2016 | Foto Gê | Acervo AMB



2: Foto Paula Andrade
4: Integrantes da AMB Rio em visita a grupos de mulheres na Maré
5: Incidência da AMB em Praça pública do Recife, manifestando contra o golpe que provocou o impeachment da Presidenta Dilma, em 2016

Fotos Acervo AMB



Fotos Acervo AMB



1: AMB na manifestação #ELENAO durante o processo eleitoral, Rio de Janeiro, 2018
 2: Incidência Pública da AMB de Mauá pelo fim da violência contra as mulheres
 3: Grupo de Mulheres de Ibiapina/CE protestando contra o machismo e o fascismo

Fotos Acervo AMB



1: Integrantes da AMB durante a Marcha das Margaridas, BSB, 2019

2: Integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco/AMB durante o lançamento da proposta de se construir, com outros movimentos, o Encontro Nacional Feminista. Palco da Marcha das Margaridas, BSB, 2019.

3: Marcha das Margaridas, BSB, 2019

Fotos Acervo AMB



Acervo AMB

DEMOCRATIZAR O PODER PARA TRANSFORMARMOS NOSSO COTIDIANO E O MUNDO

A luta pela democratização do poder perpassa toda a história da AMB, mas tem entre seus principais marcos o ano 2002 com a publicação da Plataforma Política Feminista, construída pela AMB em articulação com movimentos nacionais de mulheres e que marcou uma nova forma de articulação e mobilização da AMB e do movimento feminista brasileiro.

Em 2006, após um grande processo de debates nas várias regiões do país, a AMB contribuiu para a construção da Plataforma dos Movimentos Sociais pela reforma do Sistema Político. Desde então, a AMB mantém-se comprometida em alterar a cultura política patriarcal e racista e na defesa da laicidade do Estado, desenvolvendo novas concepções e práticas de fazer política. Assim, mantemos como um de nossos principais objetivos a **democratização do sistema político e das formas de exercício do poder no Estado e na sociedade**.

Entendemos que é prioritário lutar pela democratização do poder, da vida social e dos sistemas políticos, construindo uma cultura política democrática no Brasil e nos outros países da América Latina, cujas práticas e relações sociais, nos espaços públicos e privados, garantam e promovam um ambiente de liberdade para as mulheres para que possam ter uma vida com direito à participação política plena, direito à autonomia e vida sem violência.

Na luta por democratização e melhorias nas condições de vida, a AMB sempre defendeu a paridade na política e as condições para o exercício da paridade, através de políticas públicas que enfrentassem a desigual divisão de responsabilidades de cuidado com quem não pode se autocuidar (crianças, idosos e idosas e enfermos), a exclusividade do financiamento público das campanhas e o voto em lista com alternância de

sexo e inclusão do povo negro, indígenas e LGBTI. Temos ciência de que as transformações que precisamos não dependem somente de reformas no sistema político, mas é fato que esse componente se mostra cada vez mais central para unificarmos lutas sociais e incidirmos sobre as estruturas políticas, culturais e econômicas da sociedade.

Para nós, o ano de 2014, é marcante de um novo momento político caracterizado por um golpe vivido no Brasil com caráter patriarcal, racista e ultraneoliberal e que vem causando a ruptura do Estado Democrático de Direito. Desde então nos mantemos ao lado de outras redes e grupos do campo democrático, na luta contra esse golpe parlamentar jurídico midiático, contra as forças fundamentalistas religiosas, patriarcais, racistas, transfóbicas e xenóforas; na resistência contra a exploração capitalista, promovida por megacorporações mundiais, que alimenta o pensamento da direita conservadora que tem atuado contra a igualdade e a justiça, contra as forças da liberdade, entre as quais se encontram os movimentos de mulheres e feministas.

Portanto, não reconhecemos e não dialogamos com esse governo e entendemos que a frágil democracia brasileira foi rompida. Com nossos corpos, nossa criatividade e nossa força, temos ocupado as ruas, as praças, as rodas, as redes, por aquilo que é justo, contra o ajuste neoliberal que retira nossos direitos, pelo fim da violência contra as mulheres, em defesa do SUS, pela seguridade social pública e universal, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e pela legalização do aborto! Por mais políticas de igualdade de gênero! Pelas políticas de promoção da igualdade racial! Pelos direitos da população LGBT! Pelas diversas formas de família!

Assim, além de assumirmos com novo folego a luta pela Reforma do Sistema Político, integrando a Plataforma dos Movimentos Sociais, também impulsionamos a criação da **1ª Frente Parlamentar Feminista Antirracista com participação popular do Congresso Nacional**. Articulada por um conjunto de movimentos nacionais e organizações feministas, a Frente pretende ser uma grande Trincheira de resistência em aliança com a Bancada Feminista para reverberar ao mesmo na sociedade e no Congresso a defesa da democracia brasileira, que ao sustentar o retrocesso legislativo por dentro da câmara e do senado, das mais diversas formas, e dificilmente pelo voto, deverá contar com a mobilização dos movimentos na sociedade para denunciar, constranger, e reprimir as iniciativas conservadoras, reacionárias e antidireitos que tentam a todo custo retroceder as conquistas das lutas das mulheres brasileiras, bem como promover os ataques aos territórios quilombolas e indígenas.

Seguimos e seguiremos lutando para superar as desigualdades e construir uma sociedade onde as mulheres comprometidas com a justiça social e igualdade de gênero e raça, ocupem os espaços de poder na política, nos movimentos sociais, no mundo do trabalho, de **forma paritária**; que nossa representação seja do tamanho do nosso poder de mobilização e do número populacional que representamos única forma de garantir que nossos direitos e interesses sejam realmente representados e defendidos.

Por tudo isto, nós da AMB, temos a certeza que é urgente uma reforma ampla do sistema político brasileiro, que, entre outras medidas: democratize o exercício do poder colocando limites ao número de reeleições possíveis; garanta acesso e condições justas de disputa para representantes de significativos grupos populacionais hoje sub-representados, como é o caso de nós mulheres, dos povos indígenas, da população negra e da classe trabalhadora do campo e da cidade; e efetive um sistema integrado de participação política com mecanismos que assegurem real poder à população.

É sempre importante lembrar que, nesses 25 anos, o processo de autoconstituição da Articulação de Mulheres Brasileiras, uma articulação feminista, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, como um sujeito político de referência no campo dos movimentos sociais brasileiro, com condições de interlocução com o Estado e a sociedade, não foi algo pré-determinado, mas um processo político que reuniu as forças do feminismo, de várias matizes políticas e várias expressões organizativas, num esforço conjunto de criar espaço político para fazer ouvir as vozes das mulheres brasileiras no cenário nacional e internacional.

Compreendendo que a AMB não transformará o mundo sozinha, que é preciso fazer alianças para ter mais

força em nossas lutas, nossa prioridade é o próprio movimento, ou seja, em primeiro lugar fazemos aliança com as mulheres feministas e as organizações do próprio movimento de mulheres e setoriais ou núcleos de mulheres em organizações mistas. Em segundo lugar buscamos alianças com as mulheres que atuam no campo dos movimentos sociais progressistas. Em terceiro lugar, tecemos alianças com organizações e fóruns de movimentos sociais do campo democrático e popular.

A crise democrática que assola o país, o avanço do conservadorismo nas instituições e na sociedade, o desembarque de uma grande parcela de feministas do Governo e as novas perspectivas teóricas sobre o conceito de gênero, permanentemente atacado pelos conservadores, fazem com que o feminismo brasileiro viva um intenso momento de transformação. A presença de novas sujeitas e a abertura a uma perspectiva interseccional têm contribuído para ampliar a democracia no interior do movimento, reconhecer a diversidade, o multiculturalismo e a defesa dos diferentes protagonismos, da autonomia, da defesa do corpo enquanto território e da necessidade da redistribuição do poder e dos recursos para enfrentar as desigualdades de classe, raciais, étnicas, identitárias, de orientação sexual, geracionais e de cosmovisão.

Apesar das previsões negativas que rondam o contexto econômico, político e social, provocando frustrações e intolerâncias e abrindo caminho para o aumento das violências físicas (feminicídios, extermínio da juventude negra, de indígenas e LGBTs) e simbólicas (ameaçam tirar nossos direitos, querem controlar nossos corpos, difamações, etc.), continuaremos nas ruas, na **Marcha das Mulheres Negras** (julho negro), **Marcha das Mulheres Indígenas**, **Marcha das Margaridas** do campo e da cidade, no **Festival pela Vida das Mulheres**, como foi neste último trimestre de 2019. Com raça e garra, continuaremos nas ruas, nos parlamentos, nas ocupações, resistindo.

Comprometidas com a revolução feminista, seguiremos na batalha cotidiana para transformar o mundo, nossos movimentos e a nós mesmas, para que nossas lutas tenham a radicalidade da justiça e da igualdade, e para que nossos sonhos, pensamentos, práticas libertárias e emancipatórias sejam reais agora e sempre!

Continuemos com a utopia de “transformar o mundo pelo feminismo!!!!”

Parabéns AMB !!



Plenária da AMB, Fortaleza/CE, 2019 | Acervo AMB



1: Coordenação atual da AMB
| Acervo AMB

2: AMB presente na Plenária
das Mulheres Indígenas, BSB,
2019

3: Plenária de Recife, 2016
| Foto Gê

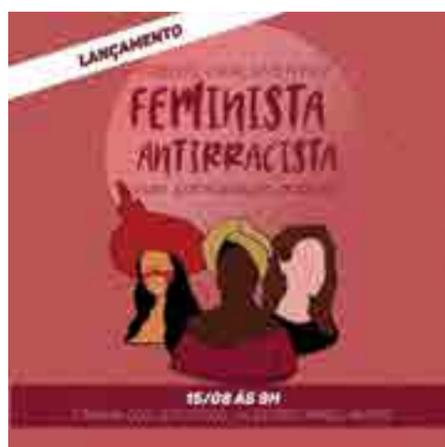


1: Roda de conversa Nosso Corpo, nosso território: Mulheres Indígenas Falam Escuta aí!, organizado pela AMB Rio e as Mulheres da Aldeia Maracanã/Universidade Indígena, em 2019, para comemorar o Dia 05 de setembro, Dia Internacional da Mulher Indígena

2: Pré Lançamento da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com participação popular, Câmara Federal, 2019

3: Lançamento oficial da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com participação popular, Câmara Federal, agosto de 2019

Fotos: Acervo AMB



MEXEU COM
UMA, MEXEU
COM TODAS

FEMINISTAS CONTRA O RACISMO | LEI MARIA
PENHA | FEMINISTAS CONTRA O CAPITAL |
OS DIREITO A SERMOS IGUAIS | PELO FIM DA
LÊNÇIA CONTRA A MULHER | FEMINISMO VIVE,
HTSMO MATA | LIVRES PARA AMAR | MEXEU C

FEMINISTAS CONTRA O CAPITAL



Grupo Comunicadoras | Foto Raquel Ribeiro | Acervo AMB

CONSTRUINDO UM MÉTODO – UM NOVO JEITO DE FAZER POLÍTICA

O histórico da AMB e o detalhamento do seu modo de organização e de ação política, nos permitiram vislumbrar alguns elementos comuns às várias experiências descritas. Isso indica o processo de formação de uma metodologia própria, visto à posteriori, mas não parece que tenha sido previamente estabelecida como uma decisão consciente da Coordenação, do Comitê Político ou da Plenária, e nem que ele possa ser visto como uma proposição já pronta e estabelecida. Esta **trajetória** demonstra que, ao longo da sua história, por tomar decisões político-organizativas baseadas nos mesmos princípios feminista, a AMB construiu um jeito de fazer política que buscaremos resgatar sinteticamente aqui, a partir dos elementos que constituíram esta ação.

Alguns elementos e/ou princípios feministas foram adotados desde o início da construção da AMB e estão na base de suas decisões sobre seu modo de funcionamento e atuação:

- **A ideia de dar espaço para as vozes das mulheres**, nas suas diferentes expressões organizativas: grupos populares, ONGs, núcleos acadêmicos, mulheres não vinculadas à nenhuma organização, mulheres organizadas em diversos movimentos sociais. Isso ocorre através de procedimentos adequados para este objetivo que vão desde estímulo à auto-organização dos fóruns, até roteiros de debates de temas e sistematização de propostas surgidas aí.
- **Reforço à autonomia e auto-organização das mulheres**: uma premissa que desde o início embasa o modo de fazer articulação da AMB, que considera as diferenças e especificidades das organizações locais. Para o feminismo, autonomia não significa voluntarismo ou individualismo, mas uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada e a capacidade de realizar ação coletiva com a força do movimento articulado.
- **Garantir a participação da diversidade de mulheres organizadas**: negras, lésbicas, jovens, indígenas, brancas, da cidade, do campo e das florestas – uma intenção que manifesta, embora a presença de organização de mulheres na AMB ainda seja majoritariamente urbana e a referência de organizações que a constituem não é a de cada segmento de mulheres (negras, lésbicas, etc.) e sim os Fóruns Estaduais, **chamados de agrupamentos**. Entretanto, estes fóruns/agrupamentos, por sua vez, congregam esta diversidade de organizações e movimentos ligados à situações específicas das mulheres.
- **Análise crítica feminista dos problemas das mulheres**: elemento presente desde a escolha de prioridades baseadas em análises da conjuntura econômica e política, passando pela construção dos problemas e os argumentos necessários para os debates, até a forma de atuação frente ao Estado e à sociedade em torno daquele problema. Esta capacidade crítica, todavia, parece não ser tão comum no conjunto da militância da AMB, mas algo que é continuamente subsidiado pela Coordenação, **Plenária** e por feministas convidadas a contribuir problematizando alguns temas prioritários, tanto a nível nacional como nos estados.
- **A adesão às pautas políticas propostas pela AMB gerando consenso na ação**: perspectiva que faz com que as decisões nacionais, embora tomadas no Comitê Político/**Plenária**, com representação de todos os fóruns estaduais ou na Coordenação, com representação das regiões, não sejam tomadas como *obrigação de fazer* pelos Fóruns Estaduais e/ou grupos que os compõem. A adesão é decidida nos debates dos Fóruns estaduais, que estabelecem também o grau de empenho que colocará naquela mobilização. Isso possibilita uma participação engajada na construção dos processos nacionais, mas também causa dificuldades quando um tema ou problema proposto é novo e não há debates acumulados nos fóruns e organizações locais, este método pode também fazer com que não haja um forte engajamento nacional na questão.

- **Trabalho permanente de mobilização e comunicação**: a articulação política feita pela AMB é baseada em proposição e argumentação sobre problemas, tendo como mecanismo impulsionador os instrumentos de comunicação, majoritariamente eletrônicos, em função dos poucos recursos financeiros e, sempre que possível, com publicações em papel. A comunicação da AMB tem um caráter de comunicação política, movimentalista e estimuladora da adesão e da diversidade de realização de formas locais de ação. Ao mesmo tempo ela é um espaço de difusão de argumentos e de elaborações feministas com os subsídios que põe em circulação.
- **Formação política feminista**: as diversas entrevistas realizadas ressaltam a importância de criar espaços de formação política feminista baseada no intercâmbio de experiência, na reflexão e análise teórica e na elaboração de estratégias para ação. Entretanto, **em vários momentos, organizamos um processo de formação nacional sobre diferentes contextos e questões**, isto ainda não é uma constante na AMB e ainda não há uma formulação consolidada sobre em que consistiria uma política interna de formação.

Resgate do processo: construindo um padrão

A ideia de adesão autônoma às pautas políticas para gerar autonomamente um consenso na ação é um elemento forte da metodologia que vem sendo construída na trajetória da AMB. Ao longo da história foi se gerando um padrão de como desenvolver os processos políticos e ao mesmo tempo conduzir a auto-organização. Este padrão consiste em alguns passos:

- Formulação do problema e o estabelecimento dele como prioridade para ação política da AMB. Isso é feito no Comitê Político/**Plenária** e/ou na Coordenação;
- Fundamentação do problema a partir da análise crítica e da construção de posições políticas, argumentos e estratégias para seu enfrentamento. Este debate é feito em reuniões e seminários e/ou com textos subsídios elaborados por feministas da Coordenação, dos Grupos de Trabalhos e/ou colaboradoras e integrantes de organizações feministas ou parceiras do movimento de mulheres.
- Consulta Nacional, se for o caso, ou circulação da “*Agenda Política Feminista*”, material com subsídios teórico-políticos, estratégias de ação nacional e orientações para debates e/ou ações públicas no plano local sobre aquele problema. Neste item insere-se também outros materiais de orientação como as publicações impressas a exemplo da revista específica para conferências “*Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas*”.

- “*Articulando Assinaturas*” circula nacionalmente quando é o caso de coleta de assinaturas para alguma proposição. Isso ocorre ao mesmo tempo em que os fóruns estaduais realizam ações políticas de articulação, comunicação ou mobilização nas capitais e principais cidades dos estados, variando em função da situação do movimento de mulheres no estado. Também pode ser o caso deste momento consistir em envio de mensagens de pressão para o Congresso Nacional ou algum órgão do Poder Executivo ou um abaixo-assinado em papel que percorre todos os grupos e é usado nas ações de ruas para angariar adesões.
- Ações locais nacionalmente articuladas. Esta é uma modalidade de ação que vem sendo feita ultimamente e consiste em estabelecer um dia nacional de mobilização em torno de uma questão, no qual são realizados diferentes tipos de mobilização e ações de divulgação pelos Fóruns Estaduais/agrupamentos, em cada local. Nestes momentos são elaborados materiais de divulgação em cada local que consideram mais ou menos as orientações nacionais: faixas, panfletos, bandeiras, CDs de música, falas para gravações que circulam em carros-de-som, etc. São exemplos disso, as ações pela descriminalização do aborto, ações pelo fim da violência contra a mulher, participação no Grito dos/as Excluídos/as, carta nacional sobre as eleições, democracia, entre outras.

Ação nacional articulada. Consiste em ações nacionais desenvolvidas a partir dos processos nacionais e que envolvem a Coordenação da AMB e a participação dos Fóruns Estaduais, variando de acordo com o grau de adesão dos **agrupamentos** aquela luta ou processo político. São exemplos, a participação da AMB nos processos FSM, nas Conferências de Políticas Públicas, no processo de participação social para elaboração do Plano Plurianual (PPA) do governo federal, a construção do Fórum Paralelo da Previdência Social, a mobilização em torno da Plataforma de Reforma do Sistema Político, da Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e **a construção da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com participação popular**, entre outras.

Refletindo sobre a nossa experiência

Este padrão que vem sendo construído deve-se, possivelmente, aos princípios feministas de auto-organização, de autonomia e horizontalidade que estabelecem o modo de articulação, para dentro e para fora, como uma relação entre sujeitos políticos. A contradição entre autonomia organizativa e liberdade de ação política, por um lado, e a necessidade de ações e decisões nacionalmente articuladas em um país com as proporções geográficas do Brasil para enfrentar a situação de desigualdade, por outro, parece ser uma

tensão produtiva no sentido de evitar o risco da centralização e ao mesmo tempo estimular a ação da AMB como um movimento social nacional frente ao Estado e a sociedade brasileira, e em especial na relação com outros movimentos sociais. Este método, associado à ação de outras organizações nacionais do movimento feminista, tem possibilitado colocar as mulheres na cena pública nacional a partir de suas próprias ideias e ações.

As ações dos movimentos de mulheres, e da AMB em particular, têm se pautado por uma crítica contundente ao modo de estruturação da sociedade brasileira, baseado no sistema patriarcal, capitalista e racista. Desde a elaboração da Plataforma Política Feminista, a AMB trabalha pela compreensão de que as desigualdades de raça, de classe e de gênero estão imbricadas na produção de uma situação de vida que estabelece interdições muito complexas a autonomia das mulheres, que vão desde as dificuldades de falar em público e de refletir sobre as suas próprias experiências, até a possibilidade de deslocamentos em sua própria cidade e de auto-organização no movimento autônomo. Daí porque torna-se fundamental para a própria construção do movimento feminista criar espaços próprios onde nós mulheres tenhamos possibilidade de refletir, construir posições políticas, articular ações e estabelecer relações com outros movimentos sociais na construção de processos de transformação.

A perspectiva organizativa adotada pela AMB, embora tenha dificuldades em sua implementação, pressupõe alguns elementos: a relação entre sujeitos, adesão por decisão própria, geração de argumentos, consensos criados na ação, respeito à diversidade de sujeitos e de modos de ação e organização, etc. Esta forma de organização e de ação política tem sido fundamental para a construção da AMB como uma articulação nacional feminista com crescente poder de incidência sobre as políticas públicas do Estado brasileiro para realização dos direitos das mulheres.

O feminismo da AMB tem inovado nas questões que coloca para a sociedade brasileira tanto do ponto de vista da luta simbólica quanto das condições materiais de existência. Exemplo disso é ter pautado a desproteção ao trabalho, no debate da reforma da previdência, com base em argumentos sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo que exige o direito à aposentadoria para mulheres que não estão no trabalho formal, o movimento põe em questão a legitimação social da divisão sexual do trabalho.

A experiência de organizar a AMB como movimento social, feminista e antirracista, de caráter nacional, exige permanentemente coerência entre a intenção e o gesto, ou seja, entre os princípios que propaga e o método de organização e ação política. Certamente isso nem sempre se realiza conforme desejado, como tentamos demonstrar, mas a intencionalidade de manter a firmeza de princípios e a flexibilidade na ação cotidiana tem sido a forma de seguir fazendo ecoar a voz das mulheres como sujeito político na sociedade brasileira.



Encontro da Coletiva pelo fim do Racismo e Violação aos direitos das mulheres Indígenas da AMB, Fortaleza, junho de 2019
Foto Luana Ferreira | Acervo AMB



Oficina de Autocuidado e Cuidado entre ativistas durante a Marcha das Margaridas, BSB, 2019. Acervo AMB | Acervo AMB



Página 121

1: Farofa Feminista, atividade político cultural da AMB Rio e organizações parceiras, na praia de Copacabana/RJ, em 24 de novembro de 2019, pelo fim da violência contra as mulheres e a população negra

Foto Luna Costa. Acervo AMB

2: Manifestação das feministas paraibanas pelo fim da violência contra as mulheres e a população negra. João Pessoa/PB, novembro de 2019 | Acervo AMB

3: Batacada da AMB Rio praticando ativismo político feminista pelo fim da violência contra as mulheres e a população negra na praia de Copacabana/RJ, em 24 de novembro de 2019

Foto Luna Costa | Acervo AMB



Página 122

- 1: Reunião do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Acervo AMB
- 2: Batucada do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Acervo AMB
- 3: Plenária II ENAMB, Brasília, 2011 | Foto Gê

Página 123

- Mulheres indígenas integrantes da AMB durante a Plenária de Fortaleza/CE, 2019
 - 2: Batucada do Fórum de Mulheres de PE/AMB, durante a Marcha das Margaridas, BSB, 2019
 - 3: AMB no debate sobre Biodiversidade
 - 4: Integrantes do Fórum Cearense de Mulheres na abertura da Plenária Nacional da AMB, 2019
- Fotos Acervo AMB



Contra Lesbofobia e Contra o Racismo- Aterro | Acervo AMB

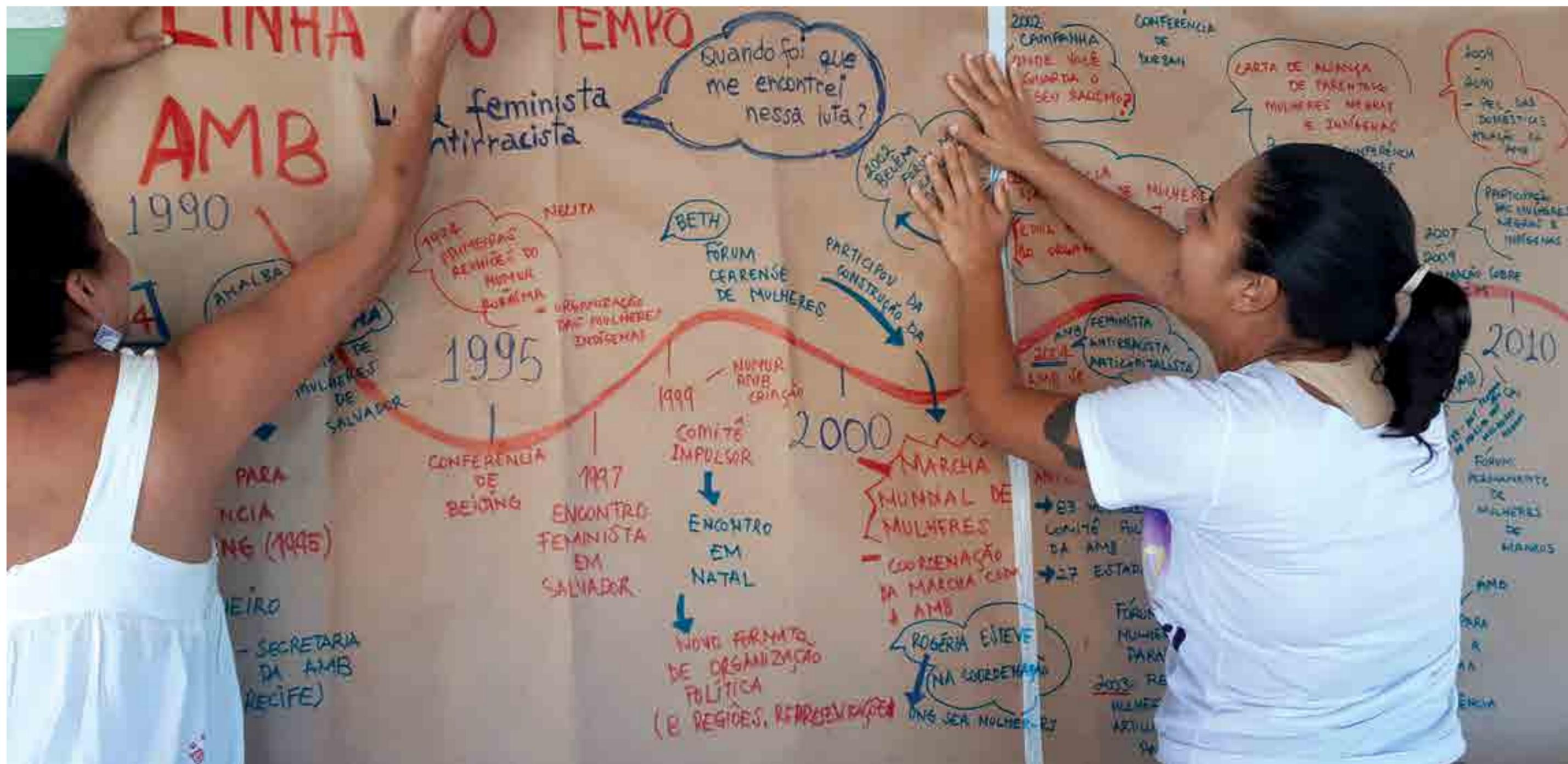
Encontro da AMB São Paulo (Núcleos da cidade de São Paulo, de Mauá, de Bauru, Osasco e Votuporanga) | Acervo AMB



Plenária anual da AMB. Fortaleza (CE), maio de 2019 | Acervo AMB

FEMINISTAS CONTRA O RACISMO





LINHA DO TEMPO

AMB
25 ANOS
TRANSFORMANDO
O MUNDO PELO
FEMINISMO
ARTICULAÇÃO
DE MULHERES
BRASILEIRAS

1994

- **Feministas de 14 estados se encontram no Rio de Janeiro** para discutir sua movimentação no processo da **IV Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre as Mulheres**, que aconteceria em Beijing, na China, em 1995.
- Desse encontro **nasce a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) rumo a Beijing** – estratégia para articular nacionalmente os movimentos de mulheres no contexto da IV Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre as Mulheres.
- É criada a **primeira Secretaria Executiva da AMB**, com sete organizações na Coordenação, composta por quatro mulheres negras e três mulheres brancas, que conduz todo o processo da preparação nacional para participação na IV Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre as Mulheres.

1995

- A AMB passa a fazer parte da **Coordenação Regional de ONGS da América Latina e Caribe**, espaço de articulação política para a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.
- Em junho, no Rio de Janeiro, acontece a **Conferência Nacional de Mulheres Rumo a Beijing**, com a presença de 700 ativistas, representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.
- Em setembro, 300 brasileiras participam da NGO Fórum, na cidade de Houairu, na China, paralelamente à Conferência Mundial da Mulher, que acontecia em Beijing. A AMB compõe a coordenação da **Tenda da América Latina** e tem uma representante (delegada) na Conferência Oficial.

1996

- Em abril, em Brasília, acontece o **Encontro Nacional de avaliação do processo de Beijing**. O Encontro autogestionado, conta com a presença de representantes de 20 estados brasileiros e marca a avaliação do processo de mobilização e da presença da AMB na IV Conferência. Neste momento se discute o encerramento dessa articulação – como previsto desde sua fundação. Nesta avaliação são tomadas as seguintes decisões:
 1. Continuidade dessa articulação, que passa a ser chamada de Articulação de Mulheres Brasileiras Para Implementação da Plataforma de Beijing;
 2. Monitoramento nacional de cinco eixos da plataforma (Violência; Poder; Trabalho; Saúde e Educação);
 3. Escolha da **segunda Secretária Executiva da AMB**, que fica sob responsabilidade da organização feminista CURUMIM (Recife/PE).

Ao longo do ano acontecem encontros, reuniões autogestionadas de cada um dos eixos escolhidos pela Plataforma, visando a construção da metodologia do monitoramento e plataforma de ações no estados.

1997

No mês de abril, em Camaragibe/PE, acontece a **Reunião Nacional da AMB**, momento de planejamento e avaliação da plataforma das ações nos estados e escolha da nova Secretária Executiva da AMB. Nesta reunião decide-se ajudar a impulsionar, com outras organizações e movimentos, o 12º Encontro Nacional Feminista (ENF), que estava sendo construído pelas mulheres da Bahia.

- A **terceira Secretária Executiva da AMB** é escolhida nessa reunião e passa a ser composta pelo grupo Transas do Corpo (Goiânia/GO).
- Em outubro, em Salvador/BA, a AMB participa do **12º Encontro Nacional Feminista**, dando suporte em sua organização. Apesar dos movimentos de mulheres ligados à AMB estarem realizando atividades nos estados, nacionalmente havia uma certa desarticulação. Durante o encontro, uma reunião com cerca de 300 mulheres é realizada para avaliar o contexto, promover o reconhecimento entre as integrantes e buscar estratégias para que a AMB continuasse articulando os movimentos locais com ações nacionais.

1998

- Depois da reunião paralela no 12º ENF, onde as mulheres que se identificam com a AMB demonstram vontade política de continuar construindo a articulação, é preciso agir. Embora a Secretária Executiva estivesse, no momento, sistematizando o documento de conclusão do monitoramento, realizado por vários estados à luz da plataforma de ação aprovada em Beijing, era visível sua fragilidade e falta de recursos, já que não havia financiamento e todo o trabalho era voluntário. Resolve-se, então, chamar uma Reunião Nacional para decidir como e se esta articulação seguirá.
- No Rio de Janeiro acontece a **Reunião Nacional da AMB** que, por ser autogestionada, não conta com muitas participantes. Apenas três estados estavam presentes, num total de cinco representantes: duas do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, uma do Fórum de Mulheres de Goiás (Transas do Corpo) e duas da Articulação de Mulheres do Rio de Janeiro. Nessa reunião, que acontece na sede da REDEH, fica estabelecido este grupo como Comitê Impulsor, para organizar, fazer projetos e articular uma Reunião Nacional para fechar o ciclo do monitoramento da Plataforma de Beijing.

1999

- Em Janeiro acontece a **IV Reunião Nacional da AMB**, na cidade de Natal/RN, com a presença de duas a três representantes de quase todos estados brasileiros. A reunião começa com um Seminário sobre o monitoramento dos temas escolhidos como prioridades e segue com uma avaliação do processo e discussão sobre a continuidade ou não da AMB. Algumas decisões importantes são tomadas: 1. **Continuidade como Articulação de Mulheres Brasileiras**, não mais para monitorar a plataforma de Beijing, mas para atuar nas lutas que os movimentos estavam envolvidos; 2. Que a AMB se organiza não só com uma Secretária Executiva, mas também com uma Coordenação, dividida por regionais: Regional Nordeste 1 (CE, PI, MA); Regional Nordeste 2 (RN, PB, PE); Regional Nordeste 3 (AL, SE, BA); Regional Norte 1 (RO, AM, TO); Regional Norte 2 (PA, AP, AC); Regional Sudeste (RJ, SP, MG); Regional Sul (PR, SC, RS) e Regional Centro Oeste (BSB, MS, TO, MT). Além disso, cada estado passa a ter uma militante compondo o Comitê Político Nacional; 3. Escolha da **quarta Secretária Executiva da AMB**, que passa a ser conduzida pelo CFEMEA/BSB.

- É lançado um processo nacional de avaliação a implementação da Plataforma de Beijing, assim como outras Declarações Internacionais das quais o Brasil é signatário, e a AMB produz a publicação Balanço Nacional das Políticas Públicas.
- A comunicação da AMB passa a produzir um boletim impresso, o **Articulando**, que é distribuído como encarte do jornal Fêmea.
- Uma grande efervescência se espalha no movimento feminista brasileiro, com a organização do Encontro Nacional Feminista, que seria realizado na Paraíba, em abril de 2000 e a articulação nacional da Marcha Mundial de Mulheres, que ocorreria em outubro de 2000. Militantes de vários Fóruns de Mulheres nos estados se envolvem na construção da Marcha, enquanto o Fórum de Mulheres da Paraíba e demais organizações feministas paraibanas se voltam para construir o Encontro Nacional Feminista.

2000

- Acontece a **V Reunião Nacional do Comitê Político da AMB** ampliada, em João Pessoa/PB, pós Encontro Nacional Feminista. Nessa reunião é aprovada a ideia de construir a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. As militantes saem da reunião imbuídas e desafiadas para esta construção.
- O **enfrentamento ao racismo é definido como prioridade da luta feminista**, apoiando a agenda das organizações das mulheres negras para o processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo, que aconteceria na cidade sul-africana Durban, em 2001.

2001

- São realizados encontros e oficinas em todos os agrupamentos estaduais da AMB para elaborar documentos locais que vão contribuir com a construção da Plataforma Política Feminista.
- A AMB participa do primeiro **Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre/RS**.
- A AMB se articula com o movimento de mulheres negras, que está criando a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), e participa

ativamente do processo preparatório para a Conferência de Durban.

- A AMB funda, com outras organizações feministas, a **Articulação Feminista Marcorsul (AFM)**.
- Em novembro acontece a **VI Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, na cidade de Aracaju/SE, onde se decide fazer um monitoramento nacional da situação da violência contra as mulheres. Nesta reunião acontece um painel com o tema “Direitos Sexuais: Feminismo e Lesbianismo: Uma relação perigosa!”.
- Também na reunião de Aracaju a AMB, em parceria com a Iniciativa de Gênero, CFEMEA e SOS Corpo, lança o livro “Ajuste estrutural, pobreza e desigualdade de gênero” – caderno de reflexão feminista como subsídio para formação de como monitorar os programas de desenvolvimento a partir da perspectiva feminista.
- A AMB participa da construção da campanha “Onde você guarda seu racismo”, em parceria com o IBASE, Geledés, Criola e outras organizações e movimentos.
- A AMB, através dos Fóruns Estaduais de Mulheres da Região Nordeste integra a Iniciativa de Gênero (iniciativa com outras organizações feministas e mistas, como a Rede Brasil, ESPLAR (CE), IBIS (MT), CHAME (BA), entre outras), que faz o monitoramento dos programas de desenvolvimento numa perspectiva feminista – no caso do FMRN, o monitoramento foi do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

2002

- Em junho, em Brasília, 200 mil mulheres de todas as regiões do Brasil participam da **Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras**, ao lado de 10 organizações feministas e sem a presença governamental. Lá é discutida e aprovada a **Plataforma Política Feminista**.
- Após a Conferência, ainda em junho e também em Brasília, acontece a **VII Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, onde é escolhida a **quinta Secretaria Executiva da AMB**, que passa a ser sediada no SOS Corpo (Recife/PE). Após a ideia ser aprovada na reunião, a AMB passa a ter, além da secretária executiva, uma secretária adjunta: ambas militantes feministas integrantes do SOS Corpo.
- AMB e AFM participam ativamente do segundo **Fórum Social Mundial**, quando é lançada a campanha “Sua boca é fundamental contra o fundamentalismo”. Neste fórum também acontece a **Tenda Fêmea**: Espaço utilizado por diversos movimentos de mulheres para realização de oficinas, apresentações de teatro, sarau de poesias e reuniões.

- AMB, AFM e outras redes internacionais realizam uma reunião estratégica com feministas de várias partes do mundo, onde é gestada a ideia de dar visibilidade às propostas das mulheres, até então secundarizadas nos FSM. Daí começam a ser realizados os **Diálogos Feministas** em quase todas as edições do Fórum.
- Em março, a AMB realiza, em parceria com as organizações que integram a Iniciativa de Gênero, a **Jornada Feminista pela Justiça de Gênero do Desenvolvimento**, em um acampamento paralelo à 43ª reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- A AMB lança a publicação “Jornada feminista pela justiça de gênero e desenvolvimento” que sistematiza os debates realizados durante o evento.
- Inicia-se nos estados o monitoramento de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- Reunião das regionais da AMB com a Secretaria Executiva.

2003

- Em abril acontece, em Brasília, a **VIII Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**. A reunião começa com o Seminário Nacional “O desafio feminista de monitorar a cidadania das mulheres”. Após o Seminário, a AMB decide continuar realizando o monitoramento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com um caráter político e não técnico.
- O monitoramento é realizado durante o ano de 2003, coordenado pelos fóruns, articulações e redes estaduais dos movimentos de mulheres que mantêm assento no Comitê Político da AMB, e se desenvolve de forma diferenciada e descentralizada nos 25 estados e no Distrito Federal. O monitoramento é encerrado em 2004.
- A AMB investe na preparação e mobilização nos estados para a incidência nas conferências municipais, estaduais e para a participação na **I Conferência Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres**. A AMB define como estratégia atuar no processo de mobilização e formação das suas integrantes, tendo como parâmetro a Plataforma Política Feminista, para a construção de propostas para a Conferência.
- A AMB decide fazer parte do **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**.
- A AMB integra a comissão organizadora nacional do Conferência Nacional de

Pública Para as Mulheres e atua nas relatorias e na coordenação de grupos durante o evento.

- São produzidos os cadernos **Articulando a Luta Feminista Para as Políticas Públicas Para as Mulheres**, para subsidiar as militantes da AMB.
- Militantes da AMB se mobilizam intensamente pela aprovação do Projeto de Lei 4559/04, que mais tarde viraria a Lei 11.340, batizada pelo presidente Lula como Lei Maria da Penha. Subsidiadas e inspiradas pelo processo de monitoramento, realizado em 2002 e 2003, as militantes da AMB participam ativamente das audiências públicas e propõem mudanças no projeto, acerca dos artigos que, nas reflexões e avaliações internas, não ajudariam no combate à violência contra as mulheres.
- Em novembro, em Brasília, acontece a **IX Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, onde se escolhe a **sexta Secretaria Executiva** com novo formato: Coletivo Leila Diniz e SOS Corpo – com duas secretárias do SOS Corpo e uma do Coletivo Leila Diniz/RN.

2004

- A AMB passa a fazer parte das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, espaço político integrados por várias redes e organizações feministas, com o intuito de construir estratégias conjuntas para popularizar o debate sobre o tema. As Jornadas constituíram grupos de trabalho e a AMB foi parte do GT Movimentos Sociais.
- A AMB investe na preparação e mobilização nos estados para a participação das conferências municipais, estaduais e para a participação **da I Conferência Nacional de Política pública para as Mulheres**. A AMB define como estratégia atuar no processo de mobilização e formação das mulheres para a participação neste espaço decisório, tendo como parâmetro a Plataforma Política Feminista para a construção das nossas propostas para a Conferência.
- A AMB decide fazer parte do **CNDM** – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- A AMB integra a comissão organizadora nacional da CNPM e atua nas relatorias e coordenação de grupos durante a conferência nacional.
- Para subsidiar as militantes da AMB, foram produzidos os Cadernos **Articulando a luta feminista para as políticas pública para as mulheres**.
- Com o processo de monitoramento realizado pela AMB, em 2002 e 2003, este deu uma ótima base a mobilização massiva das militantes da AMB, em prol da

aprovação do PL 4559/04, que originaria a Lei 11.340, batizada pelo presidente Lula, de **Lei Maria da Penha**. A AMB participou ativamente das audiências públicas e propomos mudanças no projeto, acerca dos artigos que avaliávamos não ajudar no combate à violência contra as mulheres.

- IX Reunião Nacional do Comitê Político da AMB em novembro - Brasília. Nesta reunião se elegeu a sexta Secretaria Executiva com novo formato: Coletivo Leila Diniz e SOS Corpo (composto por duas secretárias do SOS Corpo e uma do Coletivo Leila Diniz).

2005

- A AMB participa ativamente da organização do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), com tema: Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia – que acontece no Brasil, em junho, na cidade de Serra Negra, São Paulo.
- Antes do 10º EFLAC acontece uma **Reunião Extraordinária da AMB**, em Brasília, com o objetivo de preparar sua participação no Encontro Feminista, discutir “A dinâmica do Orçamento Público na Promoção da Justiça Social” e avaliar o Plano de Políticas para as Mulheres.
- A AMB integra o grupo de trabalho da **Comissão Tripartite** – composta por membros do Governo Federal, da Sociedade Civil e do Congresso Nacional e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), instituída com o objetivo de discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez, conforme a Portaria nº 4, de 6 de abril de 2005.
- Em novembro a AMB apoia e participa da **Marcha Zumbi +10**, em Brasília.
- A AMB integra o comitê político do **Fórum Social Nordestino** e atua na mobilização e organização do Fórum, que traz a consigna “Um outro Nordeste é possível”. Militantes de todos os estados do nordeste participam deste Fórum e neste espaço a AMB realiza uma oficina sobre feminismo popular.
- A AMB, que integra o Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental, atua na Cúpula dos Povos em Mar del Plata (Argentina), onde realiza, com outras redes da América Latina, o Tribunal das Mulheres ao Livre Comércio e os Testemunhos de Suas Resistências, posicionando-se fortemente contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

2006

- Em abril, em Itamaracá/PE, é realizada a **X Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**. É na preparação desta reunião que a AMB institui a CONSULTA aos estados, com o objetivo de construir coletivamente seu modo de funcionamento, sua estrutura e a reafirmação da AMB como movimento nacional.
- Em abril a AMB participa ativamente do II Fórum Social Brasileiro que aconteceu em Belo Horizonte/MG e constrói o Boletim de Orientação para as suas militantes. Neste Fórum a AMB lança o I Encontro Nacional da AMB (ENAMB).
- Nesse comitê decide-se que a Coordenação Executiva Nacional será formada pelas coordenadoras das regiões e a AMB passa a ter um Comitê Político Nacional composto por uma representante de cada estado e uma suplência.
- Para a construção do **I ENAMB** são criados três grupos de trabalho: sobre violência, lutas globais e uma comissão organizadora do encontro nacional. Uma consulta nacional é realizada para escolher o slogan e a arte para o Encontro Nacional da AMB. O lema escolhido foi “**Transformando o mundo pelo feminismo**”, uma utopia que segue como busca nas ações e movimentações da AMB.
- O I ENAMB acontece na Universidade Católica de Goiânia/GO, com a participação de 500 mulheres de todas as partes do Brasil. É um espaço plural e diverso quanto às práticas e expressões políticas do feminismo.
- Também em 2006 é sancionada, no dia 7 de agosto, a **Lei Maria da Penha**, que entra em vigor no dia 22 de outubro. A AMB, através dos seus agrupamentos estaduais, encampa a luta para a divulgação e efetivação da lei, principalmente no que se refere à implementação dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar nos estados e municípios. A AMB realiza videoconferências e constitui um Grupo de Referência de Advogadas Feministas, parceiras, que se dispõem a tirar as dúvidas das militantes em relação ao conteúdo jurídico da lei.

2007

- Em fevereiro acontece a **XI Reunião Nacional do Comitê Político Nacional da AMB**, em Itapuã, Salvador/BA. Lá são apontadas prioridades de lutas à luz do painel construído sobre ações e estratégias no I ENAMB.

- Nessa reunião decide-se realizar um processo de formação para as integrantes do Comitê Político da AMB sobre a questão da violência (2007 a 2009), tomando este problema como expressão e decorrência das relações sociais de dominação. A formação seria focada em três contextos: urbano, de grandes cidades; conflitos agudos decorrentes de projetos de desenvolvimento e contexto de violência difusa (comunidades tradicionais).
- Em outubro a AMB, em aliança com outros movimentos de mulheres, realiza o **Fórum Itinerante e Paralelo Sobre a Previdência Social (FIPS)**, que culmina em um acampamento em frente ao Ministério da Previdência Social, em Brasília.
- A AMB participa dos Diálogos Feministas em Nairóbi, convocado pela AFM, que antecede o Fórum Social Mundial. Neste FSM a AMB realiza um diálogo com movimentos feministas da África do Sul e do Quênia sobre “Violência contra as mulheres - experiência da AMB no processo de formação”.

2008

- A AMB foi uma das organizações protagonistas na articulação e construção da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, espaço de diálogo e pactuação entre movimentos feministas sobre os caminhos da luta, as formas de fazê-la e também um espaço de resistência, além de manter uma política de aliança num contexto de golpe de Estado e perdas de direitos.
- Em fevereiro a AMB participa ativamente da ação global **“Outro Mundo É Possível”** e realiza ações de rua com o lema da campanha: “Sua boca é fundamental contra o fundamentalismo”.
- A AMB discute sua forma de organização através de consultas aos agrupamentos estaduais e revisa seu modo de funcionamento. É construída, então, a Política Geral da AMB, a Carta de Princípios e as Frentes de Lutas.
- Em fevereiro, em Itaparica/BA, acontece a **XII Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, onde é aprovada a Carta de Princípios e a Política Geral da AMB. Lá também são definidas as Frentes de Luta prioritárias que serão levadas a cabo pelas militantes da AMB nos estados: Fim da violência, Legalização do Aborto, Reforma Política, Políticas Públicas para as Mulheres, Justiça Socioambiental, Seguridade e Previdência universal e Pelo Fim do Racismo.
- São indicados para a Secretaria Executiva Nacional o Fórum de Mulheres do Ceará, (na sua primeira experiência assumindo Secretaria da AMB), Cunha

Coletivo Feminista/PB e o Coletivo Leila Diniz/RN, que já estava na composição anterior. O SOS Corpo faria a transição até 2009.

- Em outubro, durante o Fórum Social Hemisférico na Guatemala, a AMB realiza, em parceria com outros movimentos da América Latina, o Tribunal das Mulheres, cujo o tema foi a Violência Contra as Mulheres.
- Em novembro a AMB realiza um intercâmbio com a Ruta Pacífica das Mulheres na Colômbia, trocando experiências e pensando ações comuns de enfrentamento às diversas violações na fronteira entre os países.

2009

- Em janeiro a AMB participa ativamente do **Fórum Social Mundial em Belém/PA**, sendo destaque no Território pelo fim da violência, pela legalização do aborto e pela justiça socioambiental. É apresentada a insígnia **“Nosso corpo, Nosso território”**.
- Ainda no FSM, a AMB realiza a primeira Casa Feminista – espaço de convivência coletiva que reuniu cerca de 300 mulheres das cidades, do campo e das águas.
- Acontece, em Curitiba, em fevereiro, a **XIV Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, cuja centralidade da discussão é a sustentabilidade do movimento e o debate sobre “Sexualidade e Prostituição” é norteador na reunião.

2010

- No Rio de Janeiro, em fevereiro, acontece a **XVII Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, aberto pelo seminário “Feminismo, Liberdade Sexual e a luta das Mulheres Lésbicas” e onde se lança o II ENAMB.
- Nessa reunião também decide-se criar a Frente de Luta Contra a Lesbofobia, produzir um balanço dos oito anos do Governo Lula e fazer uma ação nacional pelo fim da violência contra as mulheres negras.
- Em novembro acontece a **XVIII Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**. Neste momento é firmada uma parceria com a Associação Lésbica de Minas Gerais, que está realizando o Seminário Sobre Direitos Sexuais e Direitos

Reprodutivos, com o objetivo de aprofundar o debate sobre as questões das mulheres lésbicas e a questão, polêmica internamente, da prostituição. Também é lá que se constitui um comitê prévio ao ENAMB e começa a organização e mobilização para o encontro, além de momentos de debates sobre sustentabilidade.

- Acontece a Oficina Nacional da Frente de Luta Pelo Fim do Racismo e da Frente de Luta Pelo Fim da Violência, para construção da campanha pelo fim da violência contra as mulheres negras.
- Inspirada na experiência da Ruta Pacífica da Colômbia, a AMB realiza uma caravana que sai de Belém para Altamira, com o objetivo de apoiar as mulheres da região que estão sendo ameaçadas aos criticarem e resistirem contra a construção da Usina de Belo Monte. Para dar visibilidade às ameaças, organiza-se o Encontro das Mulheres de Altamira. Nesta atividade uma das participantes disse poeticamente em sua fala **“As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam”**.

2011

- AMB e AFM participam novamente do **Fórum Social Mundial no Senegal** e mesmo com poucas militantes conseguem realizar, em parceria com mulheres de outras redes mundiais, os Diálogos Feministas. A AMB contribui com a organização, inclusive coordenando a Assembleia das Mulheres, em parceria com as demais redes feministas.
- Em abril acontece o **II Encontro Nacional da AMB (ENAMB)**, em Brasília. A diversidade é marca do encontro, que reúne 700 mulheres, entre indígenas, quilombolas, do campo e da cidade, das águas e das florestas, acadêmicas, lésbicas, negras e brancas. Um encontro construído coletivamente, pela ação dos agrupamentos estaduais, que garante a presença de muitas, através das mobilizações de recursos financeiros nos estados. O espaço fortalece ainda mais a AMB e as parcerias com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Fórum de Mulheres Negras Brasileiras, a AMNB e setores do movimento de mulheres indígenas. Também no ENAMB II é lançada a primeira versão da campanha **“Solte seus cabelos e prenda o Racismo”**.
- Em novembro 22 estados participam da **XIX Reunião Nacional do Comitê Político da AMB**, em São Paulo, onde são traçadas as prioridades de lutas da articulação, a partir do que foi construído e debatido no ENAMB II. Lá é revisitada a Política Geral e o modo de funcionamento da AMB. Também nesta reunião é

definida a nova Secretaria Executiva, que migra do Nordeste para o Norte e fica sob a responsabilidade do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, de Belém do Pará/PA. Também é lançado o caderno sistematizado do ENAMB II.

- A AMB participa ativamente da preparação da **Marcha das Margaridas**. Em cerca de 14 estados do Brasil os agrupamentos se envolvem na preparação desta ação nacional, que conta com uma ala com cerca de 200 militantes da AMB.
- Acontece a primeira edição dos **Diálogos Interculturais Entre Mulheres Indígenas e Não Indígenas**, onde são definidas estratégias para o fortalecimento desta aliança no Brasil. AMB ainda participa e organiza os diálogos interculturais na Colômbia, o que possibilita uma aliança mais larga com o movimento de mulheres indígenas latino americano.
- Acontece o Seminário Nacional **“As Mulheres na Democratização da Gestão Pública”** com gestoras e ativistas da AMB, com foco no Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Aproveitando a presença de ativistas de 25 estados é lançada a publicação **“Políticas Públicas Para a Igualdade – Balanço de 2003 a 2010, desafios para o presente”**, que analisa, à luz da Plataforma Feminista, as políticas implementadas durante o Governo Lula.
- A AMB participa do processo de construção da **III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, nas três esferas. A forte atuação da AMB garante a presença de 140 delegadas e 45 ativistas. Decide-se atuar dentro e fora do espaço da Conferência, com a construção de uma Tenda Feminista que se torna ponto de encontro dos movimentos. Durante a conferência é lançada a campanha **“Solte seus cabelos e renda o Racismo”**.

2012

- Neste ano a luta pelo fim da violência contra as mulheres é intensificada e, em fevereiro, a Lei Maria da Penha consegue conquistar sua constitucionalidade. Durante os últimos três anos, a AMB havia incidido de diversas formas, como realização de vídeos conferências, petições on-line, audiências públicas e da campanha **“Mexeu com a LMP, mexeu com todas as mulheres”**. Com a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Lei Maria da Penha, vários agrupamentos da AMB têm uma atuação fundamental nos estados por onde a caravana da Comissão Parlamentar passou, construindo os dossiês de denúncias e acompanhando as discussões.
- A AMB participa do processo organizativo da Cúpula dos Povos – Rio +20, enquanto sociedade civil, e constrói, em parceria com mais de 20 redes

mundiais, o **Território Global das Mulheres**, que durante três dias agita o Aterro do Flamengo com passeatas, mesas de debates, manifestos e a Assembleia das Mulheres, onde é aprovado um documento das feministas presentes, com suas posições sobre o tema. A AMB também incide nos espaços oficiais, especialmente durante a reunião dos presidentes. Durante o discurso da presidenta Dilma, as militantes da AMB levantam faixas como os dizeres: “Dilma, nossos direitos sexuais e reprodutivos não se negociam! Os Direitos das Mulheres são universais”.

- É realizada a terceira edição da **Casa Feminista** para a Cúpula dos Povos, composta por mulheres brasileiras de quase todos os estados, latinas e mulheres dos países da África.

2013

- AMB e a AFM participam mais uma vez do **Fórum Social Mundial de Túnis (Tunísia)**.
- Ao longo do ano há um investimento no debate com os agrupamentos locais, através de consultas e oficinas internas sobre a crise dos movimentos sociais e em particular a crise do nosso próprio movimento. Consolidando esse debate na reunião do Comitê Político, constata-se que a AMB não está em crise quanto ao seu projeto político, mas que precisa rever sua forma organizativa.
- A AMB participa do Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), firmando ainda mais essa aliança.

2014

- O ano se inicia com investimento em oficinas estaduais preparatórias para a reunião ampliada do Comitê Político da AMB.
- Em maio acontece a **Reunião ampliada do Comitê Político da AMB**, na cidade de Recife/PE. Com a presença de quase 70 militantes de 17 estados do Brasil, a AMB reafirma que é integrada por mulheres, por organizações feministas, por núcleos e coletivos e por movimentos de mulheres regionais, desde que assinem a Carta de Princípios e estejam integradas em alguma das lutas da AMB ou das coletivas de formação e comunicação. Nesta reunião histórica, a AMB abole o

Comitê Político e substitui por Plenárias. Foram escolhidas sete coordenadoras nacionais, que atuam por áreas.

- De 27 a 30 de maio, em Macapá/AP, a AMB participa do **Fórum Social Panamazônico**, que marca mais uma edição da Casa Feminista, que reuniu mais de 40 mulheres de 8 estados do país. Lá acontece o terceiro encontro da Frente de Luta Pelo Fim do Racismo e a roda de diálogos entre as mulheres negras e mulheres indígenas. A AMB tem presença marcante em vários espaços do Fórum, com destaque para o Tribunal de Mulheres, que ouve, julga e denuncia os desmandos do projeto desenvolvimentista em curso.
- Em julho, em Fortaleza/CE, a AMB marca presença na **Cúpula dos Brics**, com uma nova edição da Casa Feminista que abriga, desta vez, 115 militantes de 10 estados do Norte e Nordeste. A AMB tem presença forte na Cúpula, reafirmando seu feminismo antirracista e anticapitalista e, com o Instituto Equit, realiza o Fórum de Mulheres dos Países Brics, que culmina com uma declaração política assinada por várias articulações e movimentos.
- No **Plebiscito da Reforma Política** a AMB atua nos cursos de formação, nas plenárias nacionais e na coleta de assinaturas da coalizão. Na semana do plebiscito a AMB está nas ruas com muitas bancas de votação para publicizar a ação, que teve com quase oito milhões de votos.
- Neste ano são realizadas também oficinas regionais e nacionais pela legalização do aborto, com o objetivo de solidificar a presença das militantes nesta Frente de Luta.
- Em setembro a Frente de Luta Pelo Fim do Racismo se reúne novamente e desta vez conta com a participação de militantes de nove estados.
- Em dezembro, acontece em Brasília a **Primeira Plenária da AMB** depois da mudança de nome e estratégia, que conta com a presença de 108 ativistas, de 14 estados do Brasil, empenhadas em consolidar uma prática por um feminismo autônomo e horizontal, que demarca o jeito de ser da AMB. Nesta primeira plenária é lançada a campanha de finanças, para contribuir com a sustentabilidade política e financeira da articulação. É lançada ainda a campanha de adesão da AMB.

2015

- A AMB realiza sua **Segunda Plenária**, em Recife/PE, com expressiva participação de representantes dos agrupamentos estaduais e onde fica deliberada, entre

outras prioridades para os agrupamentos, uma atuação forte na construção da Marcha das Margaridas, que ocorreria em agosto, em Brasília, e da Marcha das Mulheres Negras.

- A AMB participa, em Salvador/BA, de uma reunião com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste e companheiras militantes negras de outros estados, para construção coletiva de estratégias que ajudassem no fortalecimento da Marcha de Mulheres Negras.
- Como apoiadora da **Marcha das Mulheres Negras**, a marca presença no processo e durante a Marcha, que reúne 50 mil mulheres na capital federal.
- Ao lado de centenas de outras organizações a AMB vai às ruas muitas vezes, ocupando as cidades brasileiras em defesa da democracia, da igualdade de gênero e raça e contra o impeachment da presidenta Dilma, numa onda nacional que ficou conhecida com a **Primavera Feminista**.

2016

- A AMB se mobiliza e segue nas ruas na luta por democracia, justiça e **contra o golpe** jurídico, midiático e político, desencadeado por setores inconformados com a vitória de Dilma nas urnas. Em alguns estados a AMB participa dos acampamentos pela Democracia.
- Em março a AMB, mais uma vez, participa da **IV Conferência Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres**, a partir do acordo firmado na plenária de 2015 que, diante do cenário conflituoso e confuso no país, a presença da AMB nesta conferência seria estrategicamente voltada para a mobilização.
- Em setembro a AMB decide se retirar do CNDM e não dialogar, tampouco reconhecer o novo governo, resultante de um golpe de estado. As importantes decisões são tomadas durante a **Terceira Plenária Nacional da AMB**, que reúne 120 militantes de 18 estados.

2017

- A AMB inicia, já em janeiro, uma articulação com movimentos nacionais e internacionais para a mobilização do 8 de Março. Decide-se fazer esta articulação

alinhada com os movimentos feministas da região. O processo organizativo do **8M**, chamado de Parada das Mulheres Brasileiras, com muita incidência nas redes sociais, consegue se articular nacionalmente com pautas e lutas comuns, apesar da disputa com os movimentos mistos e as frentes de esquerda, e causar muita repercussão na nossa região e fora dela. Todos os agrupamentos, em parceria com outros movimentos nacionais, realizam ações coletivamente e aprovam uma identidade visual comum, o que deu muita visibilidade às ações.

- Em agosto a AMB também compõe a coordenação dos movimentos sociais da **Conferência Mundo de Mulheres/Fazendo Gênero**, na cidade de Florianópolis/SC e participa da Tenda Feminista, de todos os espaços do Fórum dos Movimentos Sociais e também das conferências centrais do encontro. A AMB realiza ainda uma roda de conversa, com a participação de mulheres de várias partes do mundo, onde é feita uma avaliação de como foi o 8M em cada país e onde surgem propostas para os próximos passos desta movimentação articulada para o 8 de Março. A AMB decide, então, investir em futuras incidências, como a articulação e preparação para o 14º EFLAC, em Montevideo (Uruguai) e processo de construção do Foro Feminista contra a Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Em dezembro, em Buenos Aires (Argentina), acontece o **Foro Feminista contra a OMC** e a AMB participa fortemente da construção das atividades do Fórum, que culmina na Assembléia das Mulheres que, entre outras estratégias, reafirma a importância da articulação para a construção regional de um 8M em 2018.

2018

- A AMB inicia o ano se posicionando contra a condenação de Lula, por entender que o processo que o condena fere os princípios democráticos. A posição foi publicizada através do Manifesto da AMB em defesa da justiça e da democracia.
- A dose é repetida na articulação e mobilização para a ação do **8M**, com os movimentos nacionais e locais, acolhendo as estratégias e lutas acordadas durante o 14º EFLAC, visando uma ação articulada internacionalmente. A AMB se coloca na linha de frente, alimentando a página **“Paralisação das Mulheres Brasileiras”**, criada no Facebook e no grupo do Whatsapp, que conta com mulheres de praticamente todos os estados e de outros movimentos, como a Rede de Mulheres Negras de PE/do Nordeste, CONTAG, AMNB, MMC, MST, Partida, RENFA, Mídia Ninja, entre outras, e faz também a interlocução com as companheiras dos outros países, através da La Internacional.

- Em março a AMB participa ativamente do Fórum Social Mundial em Salvador. Lá faz parte da comissão de metodologia para a construção da Assembléia das Mulheres e também realiza muitas atividades próprias, em parceria com a AFM, como o Circo Fundamental: espaço ocupado para o lançamento da campanha **“Sua boca é fundamental contra o fundamentalismo”** e a campanha **“Nosso Corpo, Nosso Território”** e os **Diálogos Feministas “Crise da Democracia e Ameaças Fundamentalistas na América Latina”**. Em parceria com outros movimentos feministas realiza uma oficina de avaliação do 8M e construção do Fórum Feminista Contra o G20, atividade que tem a presença de mais de 100 mulheres de 23 países. No dia 14 de março a triste notícia da execução de Marielle Franco motiva uma grande caminhada de indignação e revolta onde os gritos “ela é preta, ela é favelada, a Marielle representa a mulherada!” invade as ruas de Salvador.
- Em março a AMB participa do **Fórum Mundial da Água (FAMA)**, presente na construção e coordenação do **Tribunal Popular das Mulheres “Marielle Franco”**, em parceria com a CONTAG. Este Tribunal é uma das atividades com maior destaque e público, cuja metodologia é apresentada na plenária central do FAMA.
- A **Quarta Plenária Nacional da AMB** é realizada em São Paulo, com a presença de 80 mulheres, de 18 estados brasileiros. Nesta plenária, além de outros desafios, a AMB reafirma a importância de fortalecer alianças e construir outras. A abertura conta com convidadas representantes de outras redes/ articulações feministas parceiras e é marcada por troca de experiências, opiniões e impressões sobre o contexto político e as ameaças aos movimentos sociais. A Plenária reafirma a luta antipatriarcal, anticapitalista e antirracista da AMB e aponta como prioridade a luta pela legalização do aborto, a luta pelo fim da violência, a luta contra o racismo e a necessidade de aprofundarmos o significado de “cuidarmos de nós e do nosso movimento”, tantas vezes repetido.
- A AMB participa do evento Lula Festival, organizado por mais de 20 movimentos, em Buenos Aires, para denunciar a injusta prisão do presidente Lula. O contundente discurso da representante da AMB tem uma enorme repercussão pela força da análise sobre a guinada fascista no Brasil.
- Em agosto, na Capital Federal, acontece o **Festival Pela Vida das Mulheres**, paralelamente à audiência no Supremo Tribunal Federal, que discute a ADPF apresentada por diversos movimentos feministas, academia, juristas, partidos, associações de classe e grupos religiosos. Tanto a audiência, quanto o Festival mobilizam muitas organizações feministas e instituições democráticas envolvidas na causa. O debate do aborto ganha destaque, tanto na mídia alternativa, quanto na mídia convencional. A AMB Candanga está junto com outras organizações, liderando este processo do festival. Agrupamentos locais como o RN, PE, CE, PB, RJ, PA realizam atividades locais semelhantes ao festival, durante os meses de agosto e setembro.

- A AMB esteve atuante também nas manifestações da campanha do **#EleNão**, que acontecem em mais de 80 cidades brasileiras (em todas as capitais) e em mais de 10 países. Os atos mostram para o mundo a força do movimento feminista brasileiro, escancarando que a proposta de Bolsonaro é uma ameaça fascista à democracia e aos direitos conquistados.
- Em dezembro a AMB participa do Fórum Feminista Contra o G20, em Buenos Aires (Argentina) e organiza, junto às mulheres da Região, o **Tribunal de Ética Popular e Feminista Contra o Neoliberalismo, o Patriarcado e o Racismo**. O Tribunal repercute nas ações da Cúpula dos povos contra o G20. Em parceria com a AFM acontece o lançamento da campanha **“Nosso Corpo, Nosso Território”**, seguido de um grande debate. As AMBistas se unem as/aos argentinas/os na Marcha dos Movimentos Sociais contra o G20, evento político que reúne os mandatários dos 20 países mais poderosos do mundo para planejar o lucro e mais lucro, aprofundando o capitalismo patriarcal e racista e buscando novas formas de dominação, como continuar com a divisão de classes.
- Acontece o **Encontro Nacional das Mulheres Negras**, nos dias 7, 8 e 9 de dezembro, em Goiânia/GO, e a AMB está presente nas construções locais em alguns estados, de forma bastante orgânica, como em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Amapá e Rio de Janeiro. A AMB também é convidada a estar nas mesas de debates do Encontro Estadual de PE, no encontro Estadual do Rio de Janeiro, no Encontro da Região Nordeste e também no Encontro Nacional das Mulheres Negras.





Ensaio para apresentação do Marabaixo (uma manifestação folclórica amazônica, que inclui ritmo musical e também uma dança de roda de origem africana, típica da região norte) pelas integrantes da AMB do Amapá, durante curso de Interestadual para formação na vida pública. Rio de Janeiro, 2019



Vigília pelo fim da Violência contra as Mulheres e a população negra. Recife, novembro de 2019
Foto Emanuela Castro | Acervo Casa da Mulher do Nordeste

Vigília pelo fim da Violência contra as Mulheres e a população negra. Recife, novembro de 2019
Fotos Emanuela Castro | Acervo Casa da Mulher do Nordeste





Colofon

Fontes: Minion Pro, Open Sans, Printf

Capa em Cartão Ningbo 250g

Miolo em Couché Fosco 90g

Realização



Apoio

